



CENTRO DE ESTUDOS SUPERIORES DE ITAITUBA – LTDA
FACULDADE DE ITAITUBA – FAI
CURSO DE BACHARELADO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS

ADRIA DOS SANTOS SOUSA
SUSANNY DE SOUSA MIRANDA

**DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA COMO FERRAMENTA DE
GESTÃO PARA A MICROEMPRESA: UM ESTUDO DE CASO NA
EMPRESA ANDREZA MODAS EM ITAITUBA PARÁ**

Itaituba – PA

2025

ADRIA DOS SANTOS SOUSA
SUSANNY DE SOUSA MIRANDA

**DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA COMO FERRAMENTA DE
GESTÃO PARA A MICROEMPRESA: UM ESTUDO DE CASO NA
EMPRESA ANDREZA MODAS EM ITAITUBA PARÁ**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à
Faculdade de Itaituba para obtenção do título de
Bacharel em Ciências Contábeis.

Orientador: Esp. Augusto César Amorim do
Nascimento

SANTOS, Adria; SOUSA, Susanny

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA COMO FERRAMENTA DE GESTÃO PARA A MICROEMPRESA: um estudo de caso na empresa Andreza Modas em Itaituba Pará. Itaituba FAI, 2024.

63 f.

Orientador: Esp. Augusto César Amorim do Nascimento.

Trabalho de Conclusão de Curso Graduação em Bacharelado de Ciências Contábeis – Faculdade de Itaituba, 2024.

1. Contabilidade. 2. Serviços. I.PAES, Maria Danielle Lobato. Faculdade de Itaituba. Itaituba, BR – PA, 2024.

ADRIA DOS SANTOS SOUSA
SUSANNY DE SOUSA MIRANDA

**DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA COMO FERRAMENTA DE
GESTÃO PARA A MICROEMPRESA: UM ESTUDO DE CASO NA
EMPRESA ANDREZA MODAS EM ITAITUBA PARÁ**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à
Faculdade de Itaituba para obtenção do título de
Bacharel em Ciências Contábeis.

Orientador: Esp. Augusto César Amorim do
Nascimento

BANCA EXAMINADORA

Presidente: _____ Nota: _____

Esp. Augusto César Amorim do Nascimento

Avaliador(a): _____ Nota: _____

Prof. _____, _____

Avaliador(a): _____ Nota: _____

Prof. _____, _____

Resultado: _____ Média: _____

Itaituba/PA, ____ de março de 2025

Dedicamos este trabalho a Deus, que nos presenteia todos os dias com a energia da vida, que nos dá forças e coragem para atingir os nossos objetivos.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente agradecemos a Deus pelas nossas vidas.

A Faculdade de Itaituba-FAI e aos professores, em especial nosso orientador Esp. Augusto César Amorim do Nascimento por nos apoiar e nos orientar nesta etapa final da Graduação.

Aos nossos familiares que nos apoiaram nesta jornada.

RESUMO

O trabalho de conclusão de curso intitulado "Demonstração do Fluxo de Caixa como Ferramenta de Gestão para a Microempresa: Um Estudo de Caso na Empresa Andreza Modas em Itaituba, Pará", aborda a importância do fluxo de caixa como um instrumento essencial para a gestão financeira eficiente de microempresas. A pesquisa destaca como a utilização dessa ferramenta contribui para o controle de receitas e despesas, além de embasar decisões estratégicas, assegurando a sustentabilidade e o crescimento empresarial. O estudo tem como objetivo geral analisar o uso do fluxo de caixa na microempresa Andreza Modas, localizada no município de Itaituba-PA, explorando suas práticas financeiras, os impactos na gestão e propondo melhorias para otimizar o controle de recursos. Classificado como uma pesquisa de campo com abordagem exploratória e quali-quantitativa, o estudo foi desenvolvido por meio da aplicação de um questionário estruturado ao gestor financeiro da empresa. Os dados coletados permitiram identificar a prática predominante de uso de livro caixa, a revisão diária do fluxo de caixa e os desafios relacionados à falta de conhecimento técnico para uma gestão mais precisa. Entre os benefícios observados estão o maior controle financeiro e a melhoria na tomada de decisões, com a sugestão de adoção de ferramentas tecnológicas para aprimorar o processo. Os resultados evidenciam a relevância do fluxo de caixa como um pilar estratégico para a gestão de microempresas e fornecem subsídios para que outras organizações similares adotem práticas financeiras mais robustas. Assim, este trabalho é uma contribuição relevante para gestores, acadêmicos e profissionais interessados na área de gestão financeira de microempresas.

Palavras-Chave: Fluxo de Caixa. Gestão Financeira. Microempresa. Controle de Recursos.

ABSTRACT

The final paper entitled "Cash Flow Statement as a Management Tool for Microenterprises: A Case Study at Andreza Modas in Itaituba, Pará", addresses the importance of cash flow as an essential instrument for efficient financial management of microenterprises. The research highlights how the use of this tool contributes to the control of revenues and expenses, in addition to supporting strategic decisions, ensuring sustainability and business growth. The study's general objective is to analyze the use of cash flow at the microenterprise Andreza Modas, located in the city of Itaituba-PA, exploring its financial practices, the impacts on management and proposing improvements to optimize resource control. Classified as a field research with an exploratory and qualitative-quantitative approach, the study was developed through the application of a structured questionnaire to the company's financial manager. The data collected allowed us to identify the predominant practice of using cash books, the daily review of cash flow and the challenges related to the lack of technical knowledge for more accurate management. The benefits observed include greater financial control and improved decision-making, with the suggestion of adopting technological tools to improve the process. The results demonstrate the relevance of cash flow as a strategic pillar for the management of microenterprises and provide support for other similar organizations to adopt more robust financial practices. Thus, this work is a relevant contribution for managers, academics and professionals interested in the area of financial management of microenterprises.

Keywords: Cash Flow. Financial Management. Microenterprise. Resource Control.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1-Demonstração do Fluxo de Caixa — Método Direto	35
Quadro 2- Resultados principais.....	40
Quadro 3- Sugestão de DFC para ME.....	54

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	10
2 HISTÓRIA DA CONTABILIDADE NO BRASIL	12
2.1 A ORIGEM E EVOLUÇÃO DA CONTABILIDADE NO BRASIL COLONIAL	12
2.1.1 A Modernização da Contabilidade no Brasil e o Surgimento de Normas Contábeis.....	14
2.2 DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS OBRIGATÓRIAS SEGUNDO AS NORMAS CONTÁBEIS	17
2.2.1 Conceito de fluxo de caixa.....	21
2.2.2 Fluxo de caixa como ferramenta de gestão operacional	23
2.2.3 Vantagens do uso da ferramenta fluxo de caixa	25
2.3 DEFINIÇÃO DE MICROEMPRESA.....	28
2.3.1 Controle financeiro para a gestão das microempresas	30
2.3.2 Fluxo de caixa para microempresas	32
3 METODOLOGIA.....	37
3.1 TIPO DE ESTUDO.....	37
3.2 LOCAL DA AMOSTRA	37
3.3 INSTRUMENTO E COLETA DE DADOS	38
3.4 ASPECTOS ÉTICOS	39
4 RESULTADOS E DISCUSSÃO	40
4.1 QUESTÃO 2- ENTENDIMENTO DO FLUXO DE CAIXA	41
4.2 QUESTÃO 3- CONHECIMENTO E MÉTODOS DE CONTROLE DO FLUXO DE CAIXA	42
4.3 QUESTÃO 4- FREQUÊNCIA DE REVISÃO DO FLUXO DE CAIXA DA EMPRESA	44
4.4 QUESTÃO 5- DIFICULDADES NO CONTROLE DO FLUXO DE CAIXA	46
4.5 QUESTÃO 6- USO DO FLUXO DE CAIXA NAS DECISÕES ESTRATÉGICAS	48
4.6 QUESTÃO 7- PREVISÕES DE ENTRADA E SAÍDA COM BASE NO FLUXO DE CAIXA	49
4.7 QUESTÃO 8- BENEFÍCIOS DO FLUXO DE CAIXA	51
4.8 QUESTÃO 9- PRÁTICA SUGERIDA PARA APRIMORAMENTO.....	52
5 CONCLUSÃO.....	55
REFERÊNCIAS	57
APÊNDICE A- QUESTIONÁRIO DE PESQUISA	59

1 INTRODUÇÃO

O Trabalho de Conclusão de Curso tem como título "Demonstração do Fluxo de Caixa como Ferramenta de Gestão para a Microempresa: Um Estudo de Caso na Empresa Andreza Modas em Itaituba, Pará." Este estudo aborda a relevância do fluxo de caixa como uma ferramenta essencial de gestão financeira para microempresas, destacando sua importância para o controle eficiente de receitas e despesas, bem como sua influência na tomada de decisões estratégicas. Em ambientes empresariais onde os recursos são limitados, como no caso da Andreza Modas, o fluxo de caixa é fundamental para garantir a sustentabilidade e o crescimento do negócio. A pesquisa busca evidenciar como a correta gestão do fluxo de caixa pode impactar positivamente o desempenho da empresa.

No contexto deste estudo, o objetivo geral é analisar o uso do fluxo de caixa na microempresa Andreza Modas. Para alcançar esse objetivo, foram traçados os seguintes objetivos específicos: (i) identificar as práticas atuais de controle financeiro da empresa; (ii) avaliar o impacto do fluxo de caixa na tomada de decisões financeiras; e (iii) propor melhorias para otimizar o controle de entradas e saídas de recursos financeiros, visando à maior eficiência na gestão da empresa.

A justificativa para a realização deste estudo está embasada na necessidade de um controle financeiro eficaz em microempresas, especialmente em mercados competitivos, como o de Itaituba, Pará. A empresa Andreza Modas, como exemplo de microempresa do setor de moda, depende de uma gestão financeira bem estruturada para manter-se competitiva. O fluxo de caixa é uma ferramenta fundamental para evitar a insolvência, planejar o crescimento e garantir a sustentabilidade financeira do negócio. A análise do uso dessa ferramenta na Andreza Modas permitirá avaliar sua eficiência e propor melhorias que possam ser replicadas em outras microempresas do setor.

As questões norteadoras que guiam esta pesquisa são: Como o fluxo de caixa é gerido na Andreza Modas? Quais são os principais desafios enfrentados pela gestão financeira da empresa? Como o uso do fluxo de caixa pode ser aprimorado para garantir maior controle financeiro e suportar o crescimento do negócio? Estas questões permitirão investigar a eficácia do fluxo de caixa e identificar áreas de melhoria na gestão financeira da empresa.

Para o desenvolvimento deste trabalho, foi adotada uma abordagem metodológica qualitativa, com a aplicação de um questionário estruturado à gestão da microempresa Andreza Modas. A coleta de dados foi realizada por meio de aplicação de questionário com a responsável pela administração financeira da empresa, visando identificar como o fluxo de caixa é utilizado na gestão diária. Os dados obtidos foram analisados de forma descritiva, permitindo uma avaliação detalhada das práticas adotadas pela empresa e as suas implicações na gestão financeira.

Este trabalho fundamenta-se em uma variedade de estudos de autores renomados na área de gestão financeira e contabilidade voltadas para microempresas. Entre eles, destacam-se Silva e Mercial (2019), que discutem o papel crítico das ferramentas de controle financeiro, como o fluxo de caixa, no desempenho das microempresas; Portari et al. (2023), que enfatizam a importância do fluxo de caixa para a manutenção da liquidez e sustentabilidade financeira; e Mattes et al. (2018), que abordam os desafios e oportunidades na gestão de passivos e dívidas. Além disso, Sant'Ana (2019) contribui ao explorar o impacto do controle financeiro nas decisões operacionais e estratégicas, enquanto estudos de autores como Kroes et al. (2021) analisam a transparência e a governança financeira nas pequenas empresas. A pesquisa também incluirá uma revisão bibliográfica abrangente de obras que tratam da gestão empresarial no contexto das microempresas brasileiras.

O presente trabalho está dividido em cinco capítulos. O primeiro capítulo consiste na introdução, apresentando o tema, os objetivos, justificativa e questões norteadoras da pesquisa. O segundo capítulo aborda a fundamentação teórica, trazendo conceitos e discussões sobre a gestão financeira de microempresas e a relevância do fluxo de caixa como ferramenta de gestão. O terceiro capítulo apresenta a metodologia utilizada no estudo, descrevendo os métodos de coleta e análise de dados. No quarto capítulo, são apresentados os resultados e discussões obtidos a partir da análise dos dados coletados. Por fim, o quinto capítulo traz as considerações finais, sugerindo possíveis melhorias para a gestão financeira da microempresa Andreza Modas.

2 HISTÓRIA DA CONTABILIDADE NO BRASIL

2.1 A ORIGEM E EVOLUÇÃO DA CONTABILIDADE NO BRASIL COLONIAL

A contabilidade no Brasil tem suas origens no período colonial, quando a economia da colônia era fortemente influenciada pela exploração de recursos naturais e pela administração financeira supervisionada pela Coroa Portuguesa. A prática contábil surgiu como uma resposta às demandas de controle e gestão das riquezas extraídas do território brasileiro e enviadas à metrópole. Desde o início da colonização, o papel da contabilidade era essencialmente fiscal, com o objetivo de registrar a produção e o envio de mercadorias, como o pau-brasil, metais preciosos e outras matérias-primas, além de controlar a chegada de escravos. De acordo com Portari et al. (2023), a contabilidade nessa época estava principalmente voltada para a gestão dos tributos e dos recursos explorados pela Coroa Portuguesa.

A gestão colonial demandava um controle rigoroso das finanças públicas, que foi estruturado com base em normas e leis impostas pela metrópole. Um exemplo significativo foi a implantação das primeiras alfândegas em 1530, com o propósito de fiscalizar e supervisionar a exportação de mercadorias, além de garantir a arrecadação de tributos. Segundo Lobato e Paravidine (2023), as alfândegas não apenas implementavam um mecanismo de controle sobre os bens enviados à metrópole, mas também representavam um avanço na organização das práticas contábeis, que ainda eram bastante rudimentares. Assim, a criação de um sistema alfandegário formal impulsionou o desenvolvimento das práticas de controle e registro no Brasil Colonial, destacando o papel crucial da contabilidade na gestão dos recursos da colônia.

As Ordenações Filipinas, promulgadas no início do século XVII, tiveram uma importância crucial na normatização das práticas contábeis. Essas ordenações introduziram diversas diretrizes voltadas à gestão financeira e ao controle das atividades econômicas, abrangendo áreas como a tributação e o gerenciamento de bens tanto públicos quanto privados. Conforme apontam Mattes et al. (2018), o Livro V das Ordenações Filipinas focava especificamente nas obrigações fiscais e financeiras, sendo um dos primeiros instrumentos legais a consolidar práticas contábeis na colônia. Dessa forma, a legislação colonial desempenhou um papel

fundamental no desenvolvimento da contabilidade, ao estabelecer padrões e normas que orientavam a organização financeira das atividades econômicas no Brasil.

Outro aspecto importante na evolução da contabilidade no período colonial foi a criação de cargos administrativos dedicados à supervisão e auditoria das finanças públicas. Entre essas funções, destacava-se a do Provedor-Mor, cuja responsabilidade era auditar as contas da administração colonial e garantir que os tributos fossem adequadamente arrecadados e repassados à Coroa. De acordo com Sant'Ana (2019), o Provedor-Mor desempenhava o papel de auditor interno, sendo responsável por fiscalizar as receitas e despesas da colônia e certificar-se de que os registros contábeis estivessem em conformidade com as normas vigentes. Esse cargo reforçava o caráter fiscal e de controle que marcava as práticas contábeis da época.

Além das estruturas administrativas, a utilização de instrumentos contábeis como os Livros de Razão e os Livros de Contas foi uma prática amplamente adotada no Brasil Colonial. Esses livros documentavam minuciosamente as transações comerciais e os tributos arrecadados, permitindo um controle mais rigoroso das finanças, tanto públicas quanto privadas. Segundo Silva e Mercial (2019), esses registros eram fundamentais para a prestação de contas às autoridades portuguesas, garantindo que a arrecadação de impostos e a fiscalização das atividades econômicas fossem adequadamente supervisionadas. Esses instrumentos tornaram-se ferramentas essenciais para a administração colonial, fortalecendo a contabilidade como uma atividade central no gerenciamento das finanças públicas.

Contudo, a contabilidade no Brasil Colônia não se restringia apenas ao controle interno. Seu principal objetivo nesse período era assegurar que os recursos extraídos da colônia fossem devidamente registrados e enviados à metrópole. Lobato e Paravidine (2023) destacam que a contabilidade colonial era fortemente moldada pelas exigências fiscais da Coroa Portuguesa, que utilizava esses registros para garantir o fluxo contínuo de riquezas da colônia para a metrópole. Essa orientação fiscalista foi determinante nas atividades contábeis do Brasil, que se concentravam essencialmente em atender aos interesses da Coroa.

Um marco significativo no avanço da contabilidade no Brasil Colonial foi a chegada da Família Real Portuguesa em 1808, o que provocou grandes mudanças

na organização administrativa e financeira do país. Com a instalação da corte no Brasil, houve a necessidade de criar estruturas de controle e gestão. Nesse contexto, a fundação da Real Junta de Comércio, Agricultura, Fábricas e Navegação foi uma das ações mais relevantes, pois tinha como função supervisionar as finanças públicas e garantir o controle dos bens da Coroa (PORTARI et al., 2023). A partir desse período, a contabilidade passou por uma maior formalização, com o surgimento de instituições e cargos voltados para a gestão financeira, marcando o início de uma fase de maior complexidade nas práticas contábeis brasileiras.

A fundação do Banco do Brasil em 1808 marcou um avanço significativo para a contabilidade no Brasil, ao introduzir práticas financeiras mais modernas e mecanismos de controle rigorosos. Conforme Sant'Ana (2019), sua criação foi acompanhada por decretos que regulamentavam as atividades contábeis, como a exigência do método de partidas dobradas, amplamente usado em países como Portugal e Itália. Essa inovação, trazida pela chegada da Família Real, refletiu o processo gradual de evolução da contabilidade, que passou de uma ferramenta de controle fiscal simples para um sistema que atendia às crescentes demandas administrativas e financeiras da colônia.

Lobato e Paravidine (2023) destacam que desde a criação das primeiras alfândegas até o surgimento de instituições como o Banco do Brasil, a contabilidade foi moldada pelas necessidades da Coroa Portuguesa e pelas transformações econômicas e políticas do período. Esses avanços consolidaram as bases para a contabilidade moderna no país, unindo elementos técnicos e institucionais ao contexto histórico do Brasil Colonial.

2.1.1 A Modernização da Contabilidade no Brasil e o Surgimento de Normas Contábeis

A modernização da contabilidade no Brasil começou a ganhar maior destaque a partir do século XX, quando o país se inseriu no cenário econômico global, o que exigiu a adaptação de suas práticas contábeis às normas internacionais. No entanto, como observa Sant'Ana (2019), o processo de formalização da contabilidade no Brasil teve início ainda no período imperial, com a implementação das primeiras regulamentações específicas para a profissão e a criação de regras que buscavam

padronizar as demonstrações financeiras. Esse movimento de modernização evidenciava a necessidade de tornar as práticas contábeis mais transparentes, confiáveis e, principalmente, comparáveis, especialmente no contexto das empresas de capital aberto e da crescente expansão do mercado financeiro.

Mattes et al. (2018) corroboram que a criação do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) em 1946 foi um marco importante na organização da profissão contábil no Brasil, ao estabelecer uma entidade responsável pela regulamentação, fiscalização e normatização das atividades contábeis. O CFC não só regulamentou a prática contábil no país, mas também foi responsável pela elaboração das Normas Brasileiras de Contabilidade (NBC), que passaram a orientar os profissionais quanto às melhores práticas para o registro, análise e divulgação de informações financeiras. Segundo Mattes et al. (2018), a fundação do CFC representou um ponto de virada na contabilidade brasileira, que passou de um sistema relativamente desorganizado para um modelo mais profissional e regulamentado, alinhado aos padrões observados em países mais desenvolvidos.

Outro momento crucial para a contabilidade no Brasil foi a promulgação da Lei nº 6.404/76, conhecida como Lei das Sociedades por Ações (S/A), que trouxe novas exigências para as empresas brasileiras, principalmente as de capital aberto. Essa legislação estabeleceu a necessidade de maior transparência nas demonstrações financeiras, introduziu instrumentos como a Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC) e definiu regras claras para a divulgação de balanços e relatórios financeiros (SANT'ANA, 2019). A importância dessa lei está no fato de ter consolidado a contabilidade como uma ferramenta essencial de governança, garantindo que as informações financeiras fossem confiáveis e pudessem servir de base para as decisões de investidores e gestores empresariais.

A modernização das normas contábeis no Brasil também foi amplamente impulsionada pela criação do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) em 2005, cujo objetivo era alinhar as normas contábeis brasileiras com as Normas Internacionais de Relatórios Financeiros (IFRS). O CPC emitiu diversos pronunciamentos técnicos que começaram a ajustar as práticas contábeis do país aos padrões internacionais, facilitando a comparabilidade das demonstrações financeiras e permitindo que as empresas brasileiras tivessem melhor acesso aos mercados globais de capitais (SILVA; MERCIAL, 2019). Esses autores destacam

que a criação do CPC foi um marco para a contabilidade brasileira, simbolizando a adoção de uma visão globalizada e a busca por maior competitividade no cenário internacional.

Com a convergência às IFRS, formalmente iniciada pela promulgação da Lei nº 11.638/07, o Brasil adotou um conjunto de normas que exigiam maior detalhamento e transparência nas informações financeiras divulgadas. A implementação das IFRS no país foi um marco importante para a sua integração ao mercado financeiro global, já que essas normas criam uma linguagem contábil universal, facilitando o entendimento das demonstrações financeiras por investidores estrangeiros. Segundo Portari et al. (2023), a introdução das IFRS no Brasil não apenas melhorou a qualidade das informações contábeis, mas também gerou uma mudança cultural na maneira como as empresas passaram a tratar a governança e a divulgação de resultados financeiros.

Entretanto, a implementação das IFRS trouxe desafios. Muitos profissionais da área contábil enfrentaram dificuldades para adaptar suas práticas às novas normas, principalmente devido à complexidade dos novos conceitos introduzidos. De acordo com Mattes et al. (2018), o processo de adaptação às IFRS demandou uma requalificação significativa dos profissionais, que tiveram de se familiarizar com termos e procedimentos contábeis pouco utilizados no Brasil até então. Além disso, as empresas precisaram ajustar seus sistemas de informação, adotando softwares mais avançados para processar e analisar dados financeiros, o que permitiu a elaboração de demonstrações de acordo com os novos padrões estabelecidos.

Outro aspecto central na modernização da contabilidade no Brasil foi a incorporação da tecnologia nos processos de escrituração contábil. A criação do Sistema Público de Escrituração Digital (SPED), em 2007, marcou um avanço significativo nesse sentido. O SPED foi desenvolvido com o objetivo de unificar a escrituração fiscal e contábil, tornando os processos mais ágeis e eficientes. Como destacam Portari et al. (2023), o SPED possibilitou que as empresas enviassem suas demonstrações financeiras e fiscais de forma eletrônica, eliminando a necessidade de documentos físicos e reduzindo o tempo gasto na preparação e envio dessas informações. Essa inovação também facilitou o trabalho dos órgãos fiscalizadores, que passaram a ter acesso mais rápido e preciso aos dados contábeis das empresas, permitindo uma fiscalização mais eficiente e transparente.

Além disso, a modernização da contabilidade no Brasil está intimamente ligada ao fortalecimento da governança corporativa. A partir dos anos 1990, com a abertura econômica do país e a crescente internacionalização das empresas, a governança corporativa se tornou um tema prioritário para as companhias de capital aberto. De acordo com Sant'Ana (2019), a contabilidade desempenhou um papel crucial nesse contexto, fornecendo informações essenciais para decisões estratégicas e assegurando que as empresas cumprissem as exigências de transparência e regulamentação. A adoção de boas práticas de governança foi fundamental para aumentar a confiança dos investidores e aprimorar o ambiente de negócios no Brasil, contribuindo significativamente para a modernização do mercado financeiro nacional.

Ademais, Portari et al. (2023) comentam processo de modernização da contabilidade no Brasil não se limitou à harmonização com padrões internacionais, mas também foi impulsionado por inovações tecnológicas e institucionais que permitiram às empresas se adaptarem a um ambiente econômico cada vez mais globalizado e complexo. A introdução das IFRS, a criação do SPED e o fortalecimento de órgãos reguladores, como o CFC e a CVM, foram elementos-chave nesse avanço, garantindo que a contabilidade brasileira evoluísse e se consolidasse como uma ferramenta estratégica para o setor público e privado.

De forma abrangente, Sant'Ana (2019), considera que se pode afirmar que a modernização da contabilidade no Brasil foi um processo extenso e multifacetado, envolvendo mudanças legais, institucionais e tecnológicas. A criação de órgãos reguladores como o CFC e o CPC, a adoção das IFRS e a implementação de sistemas informatizados como o SPED foram cruciais para elevar os padrões contábeis brasileiros ao nível das melhores práticas internacionais. Embora desafios ainda existam, como a contínua capacitação dos profissionais e a adaptação das empresas às novas exigências, a contabilidade no Brasil atingiu um novo estágio de desenvolvimento.

2.2 DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS OBRIGATÓRIAS SEGUNDO AS NORMAS CONTÁBEIS

As contribuições financeiras obrigatórias são fundamentais para garantir a prestação de contas e a transparência financeira das empresas. No Brasil, de

acordo com a legislação vigente, especialmente a Lei nº 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações), as empresas, em particular as de capital aberto, são obrigadas a apresentar um conjunto de relatórios contábeis que assegurem a clara e a exatidão das informações destinadas aos acionistas, credores e demais detalhes. Além disso, Carvalho (2024) comenta que com a adoção das Normas Internacionais de Relatórios Financeiros (IFRS), o Brasil passou a seguir padrões internacionais, promovendo a harmonização das práticas contábeis e facilitando a comparabilidade entre empresas de diferentes países (SANT'ANA, 2019).

A composição das projeções contábeis obrigatórias no Brasil engloba diversos relatórios financeiros que, em conjunto, fornecem uma visão abrangente da situação patrimonial, econômica e financeira da empresa. Conforme Portari et al. (2023), a exigência de tais relatórios tem o objetivo de garantir que as informações divulgadas pelas empresas sejam úteis para a tomada de decisões por gestores e investidores, além de atender às normas impostas por órgãos reguladores, como a Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Dentre essas projeções, Pinheiro et al. (2021) destacam que o Balanço Patrimonial (BP) se destaca como um dos relatórios mais importantes, sendo obrigatório para todas as sociedades anônimas e outras empresas enquadradas nos requisitos da Lei das S/A. O Balanço Patrimonial tem a finalidade de apresentar a situação financeira da empresa em um momento específico, classificando seu patrimônio em ativos, passivos e patrimônio líquido. Segundo Mattes et al. (2018), a BP reflete a posição econômica da empresa, evidenciando seus recursos (ativos), suas obrigações (passivos) e a participação dos sócios no capital social (patrimônio líquido).

Policarpo (2020) salienta que a Lei nº 6.404/76 estabelece a estrutura mínima que o balanço patrimonial deve seguir, exigindo que as empresas classifiquem suas contas de acordo com a natureza e o vencimento das mesmas. Com a introdução das IFRS, houve mudanças significativas na avaliação de ativos e passivos. A aplicação do conceito de essência sobre a forma tornou obrigatório que os ativos sejam avaliados pelo valor justo, em vez de apenas considerar o valor histórico. Conforme destacado por Sant'Ana (2019), essa modificação trouxe maior precisão na avaliação dos bens, direitos e obrigações, resultando em demonstrações financeiras mais confiáveis para investidores e gestores.

Outro relatório essencial é a Demonstração do Resultado do Exercício (DRE), cujo objetivo é evidenciar o desempenho econômico da empresa em um período determinado. A DRE fornece detalhes sobre receitas, despesas e lucros ou prejuízos, culminando no cálculo do lucro líquido do exercício. Segundo Portari et al. (2023), a DRE é fundamental para avaliar a capacidade da empresa de gerar lucros a partir de suas operações, sendo vital para a análise da sustentabilidade econômica a longo prazo.

Assim, segundo Silva (2015), a DRE é preparada com base no regime de competência, ou seja, as receitas e despesas são reconhecidas no momento em que são incorridas, independentemente de quando ocorre o pagamento ou recebimento. Tanto as IFRS quanto a Lei das S/A determinam que a DRE inclua informações como receita líquida de vendas, custos dos produtos vendidos, despesas operacionais, resultado financeiro e impostos sobre o lucro, permitindo aos usuários das informações contábeis avaliarem o desempenho operacional da empresa de forma precisa.

Para Vasconcelos (2015), a Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC), que se tornou obrigatória após a Lei nº 11.638/07, alinhando-se às exigências internacionais, apresenta as movimentações de caixa da empresa, divididas em três categorias: atividades operacionais, de investimentos e de financiamentos. Conforme Sant'Ana (2019), a DFC é essencial para compreender a capacidade da empresa de gerar caixa e de honrar suas obrigações financeiras tanto no curto quanto no longo prazo.

A Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC) possibilita que investidores e credores analisem a liquidez da empresa, ao expor de forma clara as entradas e saídas de recursos financeiros ao longo de um período. Conforme apontam Pinheiro et al. (2021), a adoção da DFC representou um importante progresso na contabilidade no Brasil, pois aumentou a transparência sobre a situação financeira das empresas, especialmente no que se refere ao fluxo de caixa.

Outra demonstração contábil obrigatória é a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL), que detalha as variações no patrimônio líquido da empresa durante o exercício social. A DMPL registra todas as transações que afetam o capital próprio, como lucros retidos, distribuição de dividendos, aumentos de capital e ajustes de avaliação patrimonial. De acordo com Policarpo (2020), a

DMPL é essencial para que os acionistas acompanhem o crescimento do patrimônio líquido, sendo um recurso importante de governança corporativa.

Além disso, a DMPL permite analisar a política de distribuição de lucros da empresa, discriminando os montantes destinados a reservas e os dividendos repassados aos acionistas. Segundo Silva (2015), a clareza proporcionada pela DMPL é um dos fatores principais que asseguram a confiança dos investidores nas empresas.

Já a Demonstração do Valor Adicionado (DVA), exigida de empresas de capital aberto, tem a função de revelar a riqueza gerada pela empresa e como essa riqueza foi distribuída entre empregados, governo, acionistas e outros terceiros. Como destacam Pinheiro et al. (2021), a DVA demonstra a contribuição econômica da empresa, sendo relevante para a avaliação da sua responsabilidade social e econômica.

Introduzida pela Lei nº 11.638/07, a DVA tem ganhado importância para os stakeholders preocupados com a sustentabilidade e o impacto econômico das operações empresariais. Segundo Vasconcelos (2015), a DVA oferece uma visão mais abrangente sobre o valor gerado pela empresa e como ele é distribuído, sendo uma ferramenta vital para a análise da responsabilidade social corporativa.

A Demonstração do Resultado Abrangente (DRA) é uma das demonstrações exigidas pelas IFRS, que amplia a avaliação do desempenho econômico da empresa ao incluir não apenas o resultado líquido, mas também ganhos e perdas que, embora não realizados, impactam o patrimônio líquido. Segundo Policarpo (2020), a DRA proporciona uma visão mais completa dos fatores econômicos que afetam a empresa, especialmente em relação a variações cambiais e ajustes no valor justo de ativos e passivos.

A implementação da Demonstração do Resultado Abrangente (DRA) na contabilidade brasileira trouxe uma perspectiva mais ampla sobre o desempenho financeiro das empresas, permitindo que os investidores obtenham uma visão mais detalhada dos riscos e oportunidades envolvidos nos negócios. Conforme afirmam Silva e Mercial (2019), essa demonstração favorece a transparência e a comparabilidade das informações financeiras, desempenhando um papel fundamental na avaliação da saúde financeira das organizações.

2.2.1 Conceito de fluxo de caixa

O fluxo de caixa é uma das ferramentas mais importantes para a gestão financeira, essencial para controlar as entradas e saídas de recursos de uma empresa. Ele envolve o registro detalhado de todas as transações financeiras, possibilitando que os gestores acompanhem a liquidez da organização e façam projeções sobre a disponibilidade de caixa para cumprir obrigações futuras. Conforme Portari et al. (2023), o fluxo de caixa é considerado uma ferramenta estratégica, pois oferece uma visão precisa da condição financeira da empresa em tempo real, auxiliando na tomada de decisões com mais precisão.

O conceito de fluxo de caixa está diretamente ligado à capacidade da empresa de gerar liquidez e cumprir seus compromissos financeiros. Como afirmam Silva e Mercial (2019), ele serve para medir a diferença entre os recebimentos e os pagamentos dentro de um determinado período, permitindo que a empresa avalie se suas operações estão gerando recursos suficientes para sustentar suas atividades e financiar o crescimento. Esse instrumento é crucial tanto para empresas de pequeno quanto de grande porte, assegurando que os gestores possam atuar de maneira proativa na gestão financeira.

O fluxo de caixa é dividido em três categorias principais: operações, investimentos e financiamentos. O fluxo de caixa das operações envolve as entradas e saídas de recursos diretamente ligados às atividades operacionais da empresa, como a comercialização de produtos ou a prestação de serviços. O fluxo de caixa de investimentos abrange transações relacionadas à aquisição ou venda de ativos fixos, como terrenos, maquinários e equipamentos. Já o fluxo de caixa de financiamentos está vinculado às movimentações financeiras relativas ao pagamento de dívidas e obtenção de novos recursos financeiros. De acordo com Pinheiro et al. (2021), essa segmentação proporciona aos gestores uma visão detalhada da aplicação dos recursos nas diferentes áreas da empresa, facilitando, assim, a análise e a alocação mais eficiente do capital.

Um outro ponto relevante sobre o fluxo de caixa é seu papel como base para a criação de projeções financeiras. Segundo Policarpo (2020), o fluxo de caixa possibilita à empresa fazer previsões sobre suas necessidades futuras de financiamento, ao mostrar a liquidez disponível para investimentos ou para a

quitação de dívidas. A partir dessas informações, os gestores conseguem identificar momentos de déficit ou superávit, permitindo a adoção de medidas preventivas para evitar problemas financeiros. Essa capacidade de antecipar dificuldades é crucial para garantir a continuidade das operações e para realizar investimentos de forma estratégica e segura.

A Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC) é o documento que apresenta o fluxo de caixa nas demonstrações contábeis obrigatórias, conforme previsto pela Lei nº 11.638/07 e pelas Normas Internacionais de Relatórios Financeiros (IFRS). Tanto as normas brasileiras quanto as internacionais determinam que a DFC detalhe todas as movimentações de caixa e seus equivalentes, organizando as informações em categorias que facilitem a análise do desempenho financeiro da empresa. Segundo Sant'Ana (2019), além de fornecer dados sobre a liquidez, a DFC é uma ferramenta essencial para avaliar a capacidade da empresa de gerar recursos internamente e acessar novos financiamentos.

O fluxo de caixa desempenha um papel que vai além do controle financeiro. Conforme afirmam Silva e Mercial (2019), ele é uma ferramenta crucial para a gestão estratégica, oferecendo aos gestores uma visão clara do ciclo operacional e permitindo ajustes de estratégia conforme as condições de liquidez. Isso se torna especialmente relevante em tempos de crise ou em setores sujeitos a alta volatilidade, onde manter um fluxo de caixa saudável pode ser decisivo para a sobrevivência da empresa. Dessa forma, o fluxo de caixa não é apenas um instrumento de controle financeiro, mas também de planejamento estratégico, fornecendo as bases para decisões de longo prazo que assegurem a sustentabilidade financeira da organização.

O fluxo de caixa, portanto, deve ser integrado à estratégia empresarial. Ele não apenas reflete a posição financeira da empresa em um momento específico, mas também influencia decisões relacionadas a investimentos, financiamentos e operações. Como apontam Silva (2015), a gestão eficiente do fluxo de caixa permite à empresa manter estabilidade financeira, maximizar resultados e, ao mesmo tempo, minimizar os riscos associados à falta de liquidez.

Assim, o fluxo de caixa está diretamente relacionado à gestão eficaz dos recursos financeiros. Ele monitora as entradas e saídas de recursos e é utilizado como uma ferramenta de planejamento estratégico, permitindo que os gestores

antecipem problemas e tomem decisões embasadas em dados concretos. A DFC, como parte das demonstrações contábeis obrigatórias, reforça a importância do fluxo de caixa, oferecendo aos investidores e demais interessados informações essenciais sobre a capacidade de geração de caixa da empresa e sua viabilidade no longo prazo.

2.2.2 Fluxo de caixa como ferramenta de gestão operacional

O fluxo de caixa desempenha um papel essencial na gestão operacional das empresas, sendo uma ferramenta fundamental para o controle da liquidez, planejamento financeiro e apoio à tomada de decisões estratégicas nas operações diárias. Sua principal finalidade é acompanhar as movimentações financeiras, tanto entradas quanto saídas, garantindo que a empresa possa cumprir seus compromissos de curto e longo prazo sem comprometer sua continuidade. Conforme afirmam Pinheiro et al. (2021), o fluxo de caixa é indispensável para assegurar a continuidade das atividades operacionais, pois garante que a organização tenha recursos suficientes para arcar com suas obrigações correntes, como pagamentos a fornecedores, funcionários, impostos e outras responsabilidades financeiras.

Uma gestão eficaz do fluxo de caixa impacta diretamente a capacidade da empresa de administrar suas operações cotidianas. Organizações que monitoram o fluxo de caixa regularmente conseguem prever variações no capital de giro e antecipar períodos de menor liquidez, permitindo ajustes preventivos nas operações. De acordo com Policarpo (2020), uma das principais vantagens dessa ferramenta é a capacidade de prever sazonalidades nos negócios, identificando períodos de maior ou menor necessidade de caixa. Isso possibilita que a empresa se organize de maneira eficiente, ajustando produção, controlando estoques e negociando prazos com fornecedores, evitando assim desequilíbrios entre os fluxos de recebimentos e pagamentos.

Como ferramenta de gestão operacional, o fluxo de caixa também tem um papel crucial no planejamento financeiro das empresas. Ao proporcionar uma visão clara e atualizada da situação financeira, ele permite que os gestores façam projeções mais precisas sobre as necessidades futuras de capital, seja para

investimentos, expansão de atividades ou para lidar com possíveis dificuldades financeiras. Segundo Mattes et al. (2018), o fluxo de caixa é especialmente relevante nas decisões de longo prazo, pois permite que a empresa avalie se terá liquidez suficiente para realizar investimentos estratégicos, como compra de novos equipamentos, ampliação de suas operações ou contratação de novos colaboradores. Assim, além de garantir a eficiência nas operações diárias, a análise do fluxo de caixa também oferece suporte para o crescimento sustentável da empresa.

O fluxo de caixa também possibilita uma gestão mais eficaz no relacionamento com fornecedores. Conforme aponta Vasconcelos (2015), empresas que mantêm um controle eficiente de seus fluxos de caixa ganham maior poder de negociação ao discutir prazos de pagamento com fornecedores. Isso ocorre porque uma empresa com boa gestão de caixa pode oferecer condições favoráveis, como antecipação de pagamentos ou aquisições em grandes quantidades, o que pode resultar em descontos ou termos diferenciados nas negociações. Esse tipo de controle é essencial para otimizar a cadeia de suprimentos e fortalecer as relações comerciais, o que impacta diretamente a eficiência operacional.

Outro ponto importante é a influência do fluxo de caixa na gestão de estoques. Um controle eficaz do fluxo de caixa permite à empresa evitar tanto o excesso quanto a falta de produtos no estoque, fator que pode ser um diferencial competitivo. Como destacam Pinheiro et al. (2021), uma gestão ineficiente do estoque pode resultar em capital imobilizado em mercadorias que não estão sendo vendidas, impactando negativamente o caixa da empresa e limitando sua capacidade de realizar novos investimentos. Por outro lado, a ausência de estoque suficiente pode impedir a empresa de atender à demanda, resultando em perda de vendas e, conseqüentemente, em uma menor entrada de receitas. A análise contínua do fluxo de caixa, portanto, permite ajustar o equilíbrio entre manter o estoque adequado para atender ao mercado e evitar que a empresa imobilize capital em excesso.

Além disso, o fluxo de caixa atua como um indicador crucial para decisões estratégicas durante crises ou momentos de instabilidade econômica. Em períodos de recessão ou redução na demanda, o fluxo de caixa fornece uma visão clara da capacidade financeira da empresa para enfrentar esses desafios sem comprometer

suas operações. Portari et al. (2023), ressaltam que empresas que monitoram rigorosamente seu fluxo de caixa conseguem antecipar potenciais problemas financeiros e implementar medidas corretivas, como redução de custos, renegociação de dívidas ou adiamento de investimentos. Essas decisões, baseadas em uma análise precisa do fluxo de caixa, são essenciais para assegurar a continuidade da empresa em tempos de crise.

Além de assegurar a liquidez essencial para a manutenção das atividades, o fluxo de caixa proporciona uma maior flexibilidade operacional. Isso se reflete na capacidade de capitalizar rapidamente em oportunidades de mercado, como o lançamento de um novo produto ou a entrada em um segmento diferente. Segundo Silva e Mercial (2019), empresas que mantêm um fluxo de caixa sólido conseguem reagir com mais rapidez às mudanças no ambiente externo, pois dispõem de recursos para investir em iniciativas de crescimento sem comprometer sua saúde financeira. Essa flexibilidade, promovida pelo fluxo de caixa, é crucial em mercados altamente competitivos, onde a agilidade para se adaptar pode ser determinante para o sucesso ou fracasso.

Portanto, é evidente que o fluxo de caixa se configura como uma ferramenta indispensável na gestão operacional das empresas, uma vez que possibilita o controle minucioso das movimentações financeiras e garante a disponibilidade de recursos necessários para a continuidade das atividades. Além de facilitar o planejamento financeiro tanto a curto quanto a longo prazo, o fluxo de caixa permite ajustes rápidos durante crises e maximiza as oportunidades de crescimento. Com uma gestão eficaz do fluxo de caixa, a empresa pode melhorar as relações com fornecedores, otimizar o gerenciamento de estoques e tomar decisões estratégicas mais acertadas, assegurando maior estabilidade financeira e eficiência operacional no mercado.

2.2.3 Vantagens do uso da ferramenta fluxo de caixa

O fluxo de caixa é amplamente reconhecido como uma ferramenta indispensável para a gestão financeira e operacional de empresas de diversos tamanhos. Sua utilidade vai além do simples controle de entradas e saídas de dinheiro, oferecendo vantagens estratégicas que fortalecem a saúde financeira e

melhoram a eficiência operacional. De acordo com Pinheiro et al. (2021), o fluxo de caixa permite que as empresas mantenham uma visão clara e atualizada sobre sua liquidez, viabilizando decisões fundamentadas em dados concretos sobre as movimentações financeiras ao longo do tempo.

Entre os principais benefícios do fluxo de caixa está a sua capacidade de promover um controle preciso das finanças. Ao registrar detalhadamente todas as entradas e saídas de recursos, ele possibilita que os gestores identifiquem exatamente como o dinheiro está sendo alocado e quais são suas origens, facilitando a correção de problemas e a identificação de oportunidades de redução de custos. Conforme Mattes et al. (2018), essa ferramenta possibilita que as empresas ajustem suas operações de forma proativa, prevenindo crises de liquidez que poderiam comprometer suas atividades.

A capacidade de prever necessidades futuras de caixa também é uma característica fundamental do fluxo de caixa. Com ele, as empresas podem antecipar períodos de escassez ou excesso de liquidez. Segundo Silva (2015), essa previsibilidade é especialmente vantajosa para organizações que lidam com sazonalidade em suas receitas, permitindo que se preparem para períodos de baixa entrada de recursos, mantendo reservas suficientes para cobrir despesas fixas e variáveis.

Além disso, o fluxo de caixa oferece uma base sólida para decisões estratégicas dentro da empresa. Por meio de sua análise, os gestores podem tomar decisões com mais segurança, utilizando dados financeiros precisos tanto sobre a situação atual quanto sobre previsões futuras. De acordo com Policarpo (2020), a utilização do fluxo de caixa para embasar decisões estratégicas permite que as empresas planejem investimentos com maior eficiência, ajustando seus orçamentos de forma a maximizar o retorno sobre investimentos e minimizar riscos financeiros, especialmente em contextos de expansão ou cortes.

O fluxo de caixa proporciona uma visão ampla e integrada das operações da empresa, possibilitando que as decisões considerem os impactos em diversas áreas, como produção, vendas e logística. Conforme observado por Silva (2015), essa perspectiva abrangente permite que os gestores adaptem suas estratégias operacionais de acordo com a situação financeira da empresa, evitando problemas como insuficiência de capital de giro ou endividamento excessivo.

Outro benefício importante do fluxo de caixa é a melhoria nas relações comerciais com fornecedores e clientes. Quando a empresa tem um controle claro sobre seus recursos financeiros, pode negociar prazos de pagamento mais favoráveis com os fornecedores, resultando em possíveis descontos ou condições de compra mais vantajosas. De acordo com Policarpo (2020), essas negociações fortalecem as relações comerciais e contribuem para uma maior estabilidade financeira a longo prazo.

Em relação aos clientes, segundo Silva (2015) o fluxo de caixa permite que a empresa ajuste suas políticas de cobrança, oferecendo condições de pagamento mais atrativas, como prazos estendidos ou descontos para pagamentos antecipados. Isso promove a fidelização dos clientes e melhora a previsibilidade dos recebimentos, aumentando a segurança financeira da empresa.

Além disso, o fluxo de caixa auxilia no monitoramento da rentabilidade das operações. Ele possibilita identificar quais produtos, serviços ou áreas de negócio estão gerando os maiores retornos financeiros e quais estão causando perdas. Segundo Pinheiro et al. (2021), o acompanhamento contínuo do fluxo de caixa permite ajustes nas estratégias de vendas e produção, garantindo que os recursos sejam direcionados de forma eficiente para maximizar o retorno.

A análise minuciosa do fluxo de caixa possibilita a obtenção de informações sobre a margem de lucro de cada operação, o que permite que a empresa faça ajustes em aspectos como preços, volumes de produção e acordos comerciais. Com isso, o fluxo de caixa não apenas assegura a viabilidade da empresa no curto prazo, mas também contribui para o aumento da lucratividade em uma perspectiva de longo prazo.

Ademais, a gestão eficiente do fluxo de caixa proporciona à empresa maior flexibilidade para reagir a mudanças no mercado. Durante períodos de crise ou alterações econômicas repentinas, o controle do fluxo de caixa possibilita a adaptação rápida das operações, seja por meio de cortes em despesas desnecessárias ou investindo em novas oportunidades de crescimento. Conforme Portari et al. (2023), essa capacidade de adaptação é essencial para manter a competitividade em um mercado volátil, onde a habilidade de ajustar-se rapidamente é uma vantagem crucial.

A flexibilidade proporcionada pela gestão adequada do fluxo de caixa também facilita a implementação de novas estratégias, como a expansão ou a reestruturação interna. Empresas que mantêm um fluxo de caixa bem administrado podem, por exemplo, realizar aquisições estratégicas ou expandir suas operações sem prejudicar sua estabilidade financeira. Segundo Silva e Mercial (2019), essa capacidade de adaptação e expansão torna o fluxo de caixa uma ferramenta fundamental para a gestão eficaz das empresas.

2.3 DEFINIÇÃO DE MICROEMPRESA

O conceito de microempresa tem ganhado importância no contexto econômico brasileiro, sendo crucial para a formulação de políticas públicas voltadas ao desenvolvimento local e à criação de empregos. Definir as características de uma microempresa é essencial para compreender seu funcionamento e estabelecer os incentivos e regulamentações que se aplicam a esse tipo de organização. Conforme Silva e Mercial (2019), a microempresa é classificada com base no faturamento anual, no número de funcionários e na sua estrutura gerencial, o que permite o enquadramento dessas empresas em regimes tributários mais simples e a adequação às normas fiscais (SANT'ANA, 2019).

No Brasil, a definição de microempresa é regulamentada por leis específicas, como o Estatuto Nacional da Microempresa e Empresa de Pequeno Porte, criado pela Lei Complementar nº 123 de 2006. Essa lei estabelece que o critério principal para enquadrar uma empresa como microempresa é seu faturamento anual, atualmente definido como igual ou inferior a R\$ 360.000,00. Essa definição garante a essas empresas o acesso a benefícios fiscais e tributários, facilitando sua atuação no mercado. De acordo com Pinheiro et al. (2021), a inclusão de empresas nesse regime simplificado reduz a burocracia e os custos operacionais, incentivando a formalização e o crescimento desse setor.

A simplicidade estrutural das microempresas se reflete em uma menor complexidade nas operações e na gestão. Geralmente, elas contam com poucos funcionários e atuam em mercados locais, o que facilita o controle de suas atividades operacionais e financeiras. Embora sua estrutura seja simplificada, Policarpo (2020) destaca que uma boa gestão contábil é fundamental, especialmente no controle do fluxo de caixa e no cumprimento das obrigações

fiscais (Sant'Ana, 2019). No entanto, as microempresas enfrentam desafios, muitas vezes relacionados à falta de recursos e ao desconhecimento de técnicas avançadas de gestão, o que pode prejudicar sua sustentabilidade a longo prazo.

A flexibilidade das microempresas permite que essas organizações se ajustem rapidamente às mudanças de mercado, adaptando-se com agilidade às novas demandas e desafios econômicos. Conforme apontam Pinheiro et al. (2021), essa capacidade de adaptação torna as microempresas fundamentais para o dinamismo econômico em nível local e para a criação de empregos em regiões de baixa atividade econômica. Essa flexibilidade, somada ao baixo custo operacional, proporciona às microempresas uma vantagem competitiva, especialmente em segmentos onde a personalização de produtos ou serviços é crucial para o sucesso.

As microempresas também têm um papel importante na promoção da inclusão social e na formalização da economia. Em muitos casos, surgem como alternativas de geração de renda para trabalhadores que antes atuavam na informalidade. De acordo com Silva (2015), o processo de formalização, facilitado por regimes como o Simples Nacional, estimula o empreendedorismo e favorece o desenvolvimento sustentável nas comunidades onde essas empresas se inserem. Com a formalização, os microempreendedores passam a ter acesso a linhas de crédito e outros benefícios oferecidos por instituições financeiras, além de obterem garantias previdenciárias.

Outro ponto relevante é o potencial das microempresas para fomentar a inovação em nível local. Segundo Pinheiro et al. (2021), devido ao seu pequeno porte, essas empresas podem testar novos produtos e serviços de forma mais ágil e com menor risco, em comparação às grandes corporações, que possuem estruturas mais rígidas. A inovação nas microempresas é frequentemente impulsionada pela proximidade com os clientes e pela capacidade de identificar rapidamente novas oportunidades de mercado, o que as ajuda a se diferenciar e a explorar nichos específicos.

Apesar das inúmeras vantagens, as microempresas enfrentam obstáculos consideráveis no que diz respeito à gestão financeira, especialmente no acesso a crédito e na manutenção de um fluxo de caixa estável. Segundo Silva (2015), muitas microempresas enfrentam dificuldades para obter crédito em condições favoráveis, o que pode restringir seu potencial de crescimento e desenvolvimento. A falta de

conhecimento sobre técnicas de planejamento financeiro mais avançadas, aliada à carência de suporte especializado, também contribui para o alto índice de falência dessas empresas nos primeiros anos de funcionamento.

Em síntese, a definição de microempresa no Brasil envolve tanto aspectos legais quanto econômicos que facilitam sua formalização e crescimento. Essas empresas desempenham um papel crucial no cenário econômico do país, promovendo a geração de empregos, inovação e inclusão social. No entanto, para que possam prosperar, é fundamental uma gestão eficiente de recursos, além de suporte institucional que as ajude a superar os desafios financeiros e operacionais. Ao mesmo tempo, o regime simplificado de tributação e a flexibilidade operacional criam um ambiente favorável para que as microempresas continuem a desempenhar um papel vital na economia local e nacional.

2.3.1 Controle financeiro para a gestão das microempresas

O controle financeiro é crucial para a administração eficiente das microempresas, permitindo que os gestores acompanhem de forma minuciosa as receitas, despesas e a liquidez do negócio. Em microempresas, onde os recursos são muitas vezes limitados, uma boa gestão financeira é fundamental para garantir a continuidade e o crescimento da empresa. De acordo com Portari et al. (2023), um controle financeiro eficaz oferece uma vantagem competitiva ao proporcionar uma administração mais precisa dos recursos e maior capacidade de adaptação às variações do mercado. Um dos elementos centrais desse controle é a utilização do fluxo de caixa, que desempenha um papel essencial no monitoramento das entradas e saídas de dinheiro.

Conforme Vasconcelos (2015), o fluxo de caixa é indispensável para prever períodos de escassez de capital e assegurar que a empresa disponha de recursos suficientes para honrar suas obrigações financeiras, tanto a curto quanto a longo prazo. Nas microempresas, essa ferramenta se torna ainda mais relevante, pois a margem para erros é reduzida e as consequências de uma má gestão podem ser severas. O acompanhamento constante do fluxo de caixa possibilita ajustes rápidos, como renegociar prazos com fornecedores, ajudando a manter a saúde financeira do negócio.

Além do fluxo de caixa, a organização adequada das despesas é outro ponto essencial no controle financeiro das microempresas. A falta de categorização clara sobre como os recursos estão sendo utilizados pode resultar em uma gestão desorganizada e comprometer a sustentabilidade financeira da empresa. Segundo Silva (2015), dividir as despesas em categorias, como fixas, variáveis e operacionais, proporciona uma visão mais detalhada dos custos, permitindo ao gestor identificar as áreas que estão consumindo mais recursos e onde é possível reduzir gastos.

Pinheiro et al. (2021) destacam que, sem uma organização adequada, muitas microempresas acabam alocando seus recursos em despesas desnecessárias ou ineficazes, o que pode causar problemas financeiros a médio prazo. Dessa forma, a categorização de despesas é fundamental para maximizar o uso dos recursos e assegurar a sustentabilidade financeira do negócio.

O controle financeiro também é essencial para a gestão de passivos e dívidas. Muitas microempresas enfrentam desafios ao lidar com endividamento, principalmente em momentos de crise ou redução de receita. Conforme observado por Sant'Ana (2019), o controle financeiro permite que os gestores avaliem o nível de endividamento e tomem medidas corretivas, como renegociar prazos, buscar linhas de crédito mais favoráveis ou ajustar o orçamento, garantindo que a empresa continue suas operações sem prejudicar sua saúde financeira. Mattes et al. (2018) complementam, afirmando que uma gestão eficiente dos passivos financeiros é crucial para o crescimento sustentável das microempresas, possibilitando investimentos em expansão sem comprometer a liquidez.

Outro aspecto relevante do controle financeiro é a transparência que ele oferece, sendo um diferencial competitivo importante para as microempresas. Empresas que mantêm um controle financeiro rigoroso têm maior facilidade em acessar crédito e atrair investidores, já que demonstram maior solidez e profissionalismo. Segundo Pinheiro et al. (2021), a transparência nas demonstrações financeiras fortalece a credibilidade da empresa no mercado, facilitando negociações com fornecedores e melhorando o relacionamento com instituições financeiras.

Além disso, essa transparência é fundamental para que a empresa cumpra suas obrigações fiscais, prevenindo problemas legais e evitando multas por não conformidade. Conforme Policarpo (2020), um controle financeiro bem estruturado

possibilita que as microempresas adotem boas práticas de governança, o que fortalece sua competitividade e facilita o estabelecimento de novas parcerias comerciais.

Adicionalmente, o controle financeiro permite uma avaliação contínua do desempenho da microempresa. A revisão periódica dos demonstrativos financeiros ajuda os gestores a identificar áreas que necessitam de aprimoramento e a implementar ações corretivas para otimizar os resultados. Vasconcelos (2015) afirma que essa análise constante é crucial para assegurar que a empresa continue gerando lucro e mantenha sua viabilidade a longo prazo. Essa prática também ajuda a ajustar as metas e estratégias de crescimento com base na realidade financeira, evitando decisões impulsivas que possam comprometer a sustentabilidade da empresa. Mattes et al. (2018) destacam que, sem essa avaliação regular, as microempresas podem enfrentar problemas de liquidez e gestão, o que coloca em risco seu sucesso.

Com isso, o controle financeiro é essencial para a gestão eficiente das microempresas, fornecendo uma visão clara sobre a saúde financeira da empresa e possibilitando aos gestores organizar despesas, gerenciar passivos, avaliar o desempenho financeiro e garantir transparência nas demonstrações. Ao adotar um controle rigoroso, as microempresas não só asseguram sua permanência no mercado, como também estabelecem bases sólidas para um crescimento sustentável e competitivo.

2.3.2 Fluxo de caixa para microempresas

O fluxo de caixa é uma das ferramentas financeiras mais precisas e eficazes para microempresas, oferecendo um controle diário detalhado sobre a movimentação de recursos. Diferente de outros instrumentos de controle financeiro mais amplos, o fluxo de caixa se destaca pela capacidade de monitorar todas as transações que afetam diretamente a liquidez da empresa. De acordo com Vasconcelos (2015), essa ferramenta é crucial para microempresas, pois assegura que as operações cotidianas não sejam prejudicadas pela falta de capital disponível, permitindo que os gestores antecipem períodos de maior ou menor disponibilidade financeira.

Enquanto o planejamento financeiro tradicional tende a focar em metas de longo prazo, o fluxo de caixa concentra-se em garantir que os recursos imediatos sejam suficientes para atender às demandas operacionais e às obrigações financeiras da empresa. Em microempresas, onde os recursos são frequentemente mais escassos, gerenciar a liquidez torna-se ainda mais crítico, e o fluxo de caixa fornece a base para essa gestão diária. Conforme Silva e Mercial (2019), essa ferramenta proporciona uma visão clara e objetiva do capital disponível para honrar compromissos e ajusta os pagamentos e recebimentos de forma a evitar déficits temporários.

O controle de caixa em microempresas não apenas permite o monitoramento diário das entradas e saídas de recursos, mas também serve como um indicador de eficiência operacional. Ao possibilitar que o gestor identifique quais áreas ou atividades estão consumindo mais recursos, o fluxo de caixa aponta aspectos críticos que podem necessitar de ajustes. Diferente de um controle financeiro mais abrangente, o fluxo de caixa oferece uma visão detalhada sobre a alocação de recursos no curto prazo e como essa distribuição pode ser otimizada. Pinheiro et al. (2021) ressaltam que, devido à sua natureza prática e direta, o fluxo de caixa permite que as microempresas mantenham uma operação estável, mesmo em períodos de instabilidade, adaptando rapidamente o uso dos recursos financeiros.

Um aspecto crucial do fluxo de caixa nas microempresas é sua capacidade de apoiar decisões operacionais rápidas. Gestores de microempresas muitas vezes precisam tomar decisões ágeis, especialmente em momentos de dificuldade, e o fluxo de caixa se torna uma ferramenta essencial nesse processo. Ele oferece uma visão imediata dos recursos financeiros disponíveis, facilitando decisões sobre a compra de insumos, a negociação de prazos com fornecedores e até mesmo a concessão de crédito a clientes. De acordo com Policarpo (2020), o uso do fluxo de caixa para essas decisões garante que a empresa preserve sua liquidez ao realizar investimentos ou modificar suas operações.

Diferente de outras ferramentas de controle, que podem demandar um planejamento detalhado e de longo prazo, o fluxo de caixa é mais imediato e prático, adaptando-se às necessidades da empresa conforme elas surgem. Essa flexibilidade torna o fluxo de caixa extremamente valioso para as microempresas, que devem reagir rapidamente às mudanças do mercado e do ambiente econômico.

Silva e Mercial (2019) destacam que o fluxo de caixa vai além de ser apenas um monitor, ele também atua como um facilitador, permitindo que a empresa ajuste suas operações de acordo com as variações nas receitas e despesas, garantindo que a atividade continue sem comprometer a estabilidade financeira.

Além de ser fundamental para decisões operacionais diárias, o fluxo de caixa também desempenha um papel essencial no planejamento estratégico de curto e médio prazo. Embora o foco esteja no presente, ele fornece dados valiosos para a preparação de ações futuras, como expansões ou reestruturações. Conforme Pinheiro et al. (2021), a análise detalhada do fluxo de caixa permite que os gestores criem cenários realistas para prever o comportamento financeiro da empresa em diferentes condições de mercado, ajudando a maximizar o capital disponível e reduzir a necessidade de endividamento.

Por fim, uma das grandes vantagens do fluxo de caixa para as microempresas é a capacidade de minimizar riscos. Ao manter um controle rigoroso sobre todas as movimentações financeiras, a empresa se previne contra imprevistos, como quedas repentinas na receita ou aumentos inesperados de custos. O fluxo de caixa possibilita que o gestor aja preventivamente, ajustando as operações antes que a situação se torne crítica. De acordo com Portari et al. (2023), microempresas que utilizam o fluxo de caixa de forma eficiente tendem a ser mais resilientes em momentos de crise, pois conseguem antecipar dificuldades e tomar medidas corretivas de maneira oportuna.

Desse modo, compreende-se que o fluxo de caixa é uma ferramenta essencial para a gestão de microempresas, oferecendo não apenas um controle imediato sobre a liquidez, mas também permitindo decisões rápidas e baseadas em dados concretos. Ele é vital para o planejamento financeiro de curto e médio prazo, ajudando a empresa a se adaptar às demandas do mercado e a evitar crises de liquidez.

Além disso, o fluxo de caixa é crucial para mitigar riscos operacionais, garantindo que a empresa esteja preparada para enfrentar variações inesperadas em suas receitas e despesas, sendo, portanto, uma peça-chave para a sustentabilidade e o crescimento das microempresas.

A seguir, apresenta-se o quadro 1, referente a demonstração do Fluxo de Caixa.

Quadro 1-Demonstração do Fluxo de Caixa — Método Direto
DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA — MÉTODO DIRETO

Fluxos de caixa das atividades operacionais:

- Recebimentos de clientes (+)
- Pagamento de fornecedores (-)
- Pagamento a empregados (-)
- Pagamento de seguros (-)
- Pagamento de impostos e outras despesas legais (-)
- Recebimentos de seguros (-)

Caixa líquido resultante das atividades operacionais (=)

Fluxos de caixa das atividades de investimento:

- Recebimento por venda de imobilizado ou intangível (+)
- Pagamento por aquisição de imobilizado ou intangível (-)
- Pagamento por aquisição de outras empresas (-)

Caixa líquido resultante das atividades de investimento (=)

Fluxos de caixa das atividades de financiamento:

- Recebimento por empréstimos obtidos (+)
- Recebimento por emissão de ações (+)
- Pagamento por aquisição de ações próprias (-)

Caixa líquido resultante das atividades de financiamento (=)

Do líquido de caixa e equivalentes de caixa (=)

Caixa e equivalentes de caixa — início do ano

Caixa e equivalentes de caixa — final do ano

Fonte: Quintana (2009)

Acima, apresenta-se um modelo de Demonstração do Fluxo de Caixa (DFC) elaborado segundo o método direto, o qual evidencia, de maneira detalhada, os fluxos financeiros que ocorrem na empresa ao longo do exercício. Essa demonstração organiza as movimentações de caixa em três categorias fundamentais. A primeira delas refere-se às atividades operacionais, que englobam os recebimentos provenientes das vendas a clientes e os pagamentos relacionados ao funcionamento cotidiano da organização, como aqueles efetuados a fornecedores, empregados, seguradoras e órgãos fiscais. Em seguida, são evidenciadas as atividades de investimento, que abrangem os recursos aplicados e

recebidos em razão da compra e venda de ativos permanentes, como bens do imobilizado e participações societárias. Por fim, encontram-se as atividades de financiamento, onde se registram as entradas de capital oriundas de empréstimos ou emissões de ações, bem como as saídas relativas à recompra de ações. Essa estrutura permite uma análise clara da origem e da aplicação dos recursos financeiros, contribuindo para a compreensão da saúde econômica da empresa ao final do período analisado.

3 METODOLOGIA

3.1 TIPO DE ESTUDO

O presente estudo é categorizado como uma pesquisa de campo com abordagem exploratória e qualitativa, realizada na microempresa Andreza Modas, localizada em Itaituba-PA, com foco na análise da aplicação do fluxo de caixa como ferramenta de gestão financeira.

A pesquisa de campo é definida como uma abordagem realizada após o levantamento bibliográfico, envolvendo a observação direta de uma especificidade e a localização do pesquisador ao ambiente onde ele ocorre, com a finalidade específica de coleta de dados. Nesse contexto, os dados obtidos são avaliados e alinhados aos objetivos da pesquisa, em consonância com a problemática exposta no trabalho (MARCONI; LAKATOS, 2002).

O modelo de pesquisa qualitativa foi utilizado para compreender, de forma detalhada, as percepções do gestor financeiro sobre as práticas e os impactos do fluxo de caixa na gestão operacional e estratégica da empresa. Essa metodologia permite construir respostas robustas e argumentativas para a problemática específica, destacando os principais conhecimentos obtidos durante a investigação (CARDANO, 2017).

O estudo exploratório foi escolhido devido à produção limitada científica sobre a aplicação do fluxo de caixa em microempresas, especialmente em contextos específicos como o da Andreza Modas. Por meio dessa abordagem, foi possível aprofundar o conhecimento sobre o tema, detalhar as práticas financeiras adotadas e identificar pontos de melhoria, em conformidade com as questões norteadoras delineadas no início da pesquisa (CARDANO, 2017).

3.2 LOCAL DA AMOSTRA

O presente estudo foi realizado na microempresa Andreza Modas, localizada na Avenida Carleto Bemerguy, nº 1420 B, no bairro Bela Vista, município de Itaituba, estado do Pará. A empresa encontra-se devidamente registrada na Receita Federal sob o CNPJ 50.438.804/0001-45, com natureza jurídica de Empresário Individual (213-5). Constituída em 25 de abril de 2023, a microempresa é enquadrada como

Microempreendedor Individual (MEI) e optante pelo Simples Nacional desde a data de sua abertura.

A empresa mantém sua sede matriz ativa desde sua constituição, apresentando um capital social de R\$ 6.000,00. Essa localização estratégica e o perfil jurídico-financeiro da microempresa reforçam sua relevância como objeto de estudo no contexto da gestão financeira e da aplicação do fluxo de caixa.

3.3 INSTRUMENTO E COLETA DE DADOS

Para a realização da coleta de dados, optou-se pela aplicação de um questionário semiestruturado (Apêndice A), elaborado com o objetivo de capturar informações feitas sobre a aplicação do fluxo de caixa na gestão financeira da microempresa Andreza Modas. A escolha dessa metodologia se deu por permitir estruturar as abordagens com coesão e objetividade, garantindo a transparência e a relevância das informações adquiridas (MARCONI; LAKATOS, 2002).

A amostra foi selecionada de forma não probabilística, tendo como principal respondente o gestor financeiro da microempresa, por ser uma pessoa com conhecimento direto e detalhado sobre as práticas financeiras impostas pela empresa (Marconi; Lakatos, 2002). O questionário foi entregue ao gestor e, após suas respostas, realizamos a coleta das informações, abordando detalhadamente como práticas de registro e monitoramento de entradas e saídas de recursos, periodicidade das atualizações financeiras e os impactos do fluxo de caixa nas decisões operacionais.

O instrumento foi estruturado em três partes principais: a primeira buscou identificar as características gerais da empresa, como o tempo de atuação no mercado e o faturamento anual médio; a segunda explorou os métodos de controle financeiro empregados, com ênfase nas práticas relacionadas ao fluxo de caixa; e a terceira parte abordou os benefícios percebidos e os desafios enfrentados pelo gestor no uso do fluxo de caixa como ferramenta gerencial.

Após a coleta de dados, realizou-se uma análise quantitativa do conteúdo fornecido pelo gestor. Esse método permitiu uma visão mais aprofundada das práticas de fluxo de caixa adotadas pela microempresa, bem como dos impactos dessa ferramenta na eficiência e no planejamento financeiro. A análise também

buscou identificar possíveis falhas no processo de gestão do fluxo de caixa e sugerir melhorias para as práticas observadas.

3.4 ASPECTOS ÉTICOS

O desenvolvimento desta pesquisa melhora as diretrizes previstas pela Resolução nº 466, de 12 de dezembro de 2012, do Conselho Nacional de Saúde, que regulamenta os princípios éticos nas pesquisas envolvendo seres humanos. Essa normativa estabelece a necessidade de conformidade com a integridade, a liberdade e a autonomia dos participantes, garantindo que sua dignidade seja preservada durante todo o processo de coleta de dados (Brasil, 2012).

A coleta de dados foi realizada após assinatura da gestora financeira da microempresa Andreza Modas, que participou voluntariamente do estudo. O cumprimento dos aspectos éticos foi essencial para garantir a confiabilidade e a transparência da pesquisa, garantindo que os dados protegidos respeitassem os direitos e as expectativas dos participantes. Dessa forma, foram observados os princípios fundamentais de respeito à dignidade humana, confidencialidade das informações e voluntariedade da participação, alinhando o estudo às normas éticas vigentes.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os principais resultados da pesquisa, sintetizados no Quadro 1, fornecem uma visão ampla das práticas financeiras, benefícios e desafios enfrentados pela microempresa Andreza Modas em sua gestão do fluxo de caixa. Esses resultados específicos são a base para uma análise mais detalhada, que considera o uso de ferramentas tradicionais como o Livro Caixa, a frequência de revisão diária, as dificuldades técnicas enfrentadas e os benefícios percebidos na tomada de decisões e controle financeiro.

Quadro 2- Resultados principais

Questão	Resposta Principal
1. Função na gestão da empresa	Gerente
2. Entendimento do fluxo de caixa	O participante classificou seu entendimento como bom.
3. Conhecimento e métodos de controle do fluxo de caixa	O livro caixa foi identificado como o principal método de controle utilizado pela empresa.
4. Frequência de revisão do fluxo de caixa da empresa	A revisão é feita regularmente.
5. Dificuldades no controle do fluxo de caixa	falta de conhecimento técnico. Dificuldade em prever receitas e despesas.
6. Uso do fluxo de caixa nas decisões estratégicas	O fluxo de caixa é utilizado regularmente na tomada de decisões estratégicas.
7. Previsões de entrada e saída com base no fluxo de caixa	Sim, regularmente. A empresa realiza previsões de entrada e saída de recursos com base no fluxo de caixa de forma regular.
8. Benefícios observados	Maior controle sobre as finanças. Melhoria na tomada de decisões.
9. Prática sugerida para aprimoramento	O participante da pesquisa aceitou a adoção sugerida de uma ferramenta tecnológica como uma prática para melhorar o controle financeiro da empresa

Fonte: Sousa e Miranda (2024)

Os resultados obtidos a partir das respostas dos participantes revelaram tanto os pontos fortes quanto os desafios enfrentados pela empresa no controle de suas finanças. Questões como o entendimento do fluxo de caixa, os métodos utilizados para seu controle, a frequência de revisão, as dificuldades enfrentadas e os benefícios apresentados foram examinados. Além disso, foram levadas práticas que

podem ser aprimoradas, com destaque para a adoção de tecnologias financeiras como um caminho para melhoria do gerenciamento de entradas e saídas de recursos.

A seguir, cada um desses aspectos será discutido à luz da literatura, buscando identificar práticas e melhorias que possam contribuir para a gestão da empresa.

4.1 QUESTÃO 2- ENTENDIMENTO DO FLUXO DE CAIXA

O participante desta pesquisa classificou seu entendimento do fluxo de caixa como bom (quadro 2), evidenciando uma percepção moderadamente positiva em relação a essa ferramenta essencial para a gestão financeira. Essa avaliação é significativa ao considerar o impacto que o domínio do fluxo de caixa tem sobre as decisões gerenciais em microempresas.

Segundo Vasconcelos (2015), o fluxo de caixa é uma ferramenta necessária para as tomadas de decisão nas micro e pequenas empresas, fornecendo clareza na administração dos recursos financeiros e na análise da capacidade de geração de caixa. A ausência de um entendimento aprofundado sobre o fluxo de caixa pode comprometer o planejamento e o controle das finanças, resultando em decisões importantes para a continuidade do negócio. Neste sentido, a classificação "bom" reflete um nível de compreensão funcional, mas não necessariamente avançado, proporcionando espaço para aprimoramento, especialmente no uso de tecnologias e métodos mais sofisticados.

Em congruência, Silva Neto (2019) destaca que gestores com um bom entendimento do fluxo de caixa conseguem utilizar uma ferramenta para antecipar déficits ou excedentes de caixa, promovendo um planejamento mais eficaz. Contudo, a pesquisa de Silva Neto também enfatiza que, mesmo com esse conhecimento básico, muitos microempresários enfrentam dificuldades na interpretação dos dados de maneira estratégica. Isso reforça a relevância da promoção de capacitações específicas para aprimorar o nível de conhecimento técnico desses gestores.

De acordo com Oliveira (2018), a implementação adequada do fluxo de caixa exige um entendimento claro não apenas das entradas e saídas financeiras, mas também das suas implicações no contexto mais amplo da organização. Oliveira

afirma que os gestores que classificam seu entendimento como "bom" geralmente apresentam limitações no uso de ferramentas analíticas, como softwares financeiros, o que pode restringir sua capacidade de tomar decisões baseadas em dados mais robustos e precisos.

Pinheiro et al. (2021) corroboram essa visão, ressaltando que o fluxo de caixa não é apenas uma ferramenta operacional, mas um instrumento estratégico que pode ser usado para identificar oportunidades de investimento e evitar riscos financeiros. A percepção de "bom" conhecimento demonstra que o gestor está familiarizado com os fundamentos, mas pode se aprofundar em estratégias mais avançadas de análise financeira.

Menezes e Martins (2017) acrescentam que, nas microempresas, o entendimento básico do fluxo de caixa é geralmente suficiente para gerenciar atividades cotidianas, mas pode ser insuficiente para enfrentar desafios mais complexos, como oscilações de mercado ou crises econômicas. Essa limitação também foi apontada nos resultados da presente pesquisa, que evidenciam dificuldades em prever receitas e despesas, uma habilidade que requer um conhecimento mais avançado.

4.2 QUESTÃO 3- CONHECIMENTO E MÉTODOS DE CONTROLE DO FLUXO DE CAIXA

Na presente pesquisa, o Livro Caixa foi identificado como o principal método utilizado pela empresa para controle financeiro. Essa escolha revela não apenas uma preferência por ferramentas mais simples e acessíveis, mas também uma limitação estrutural característica de muitas microempresas, que operam com recursos reduzidos e pouca capacitação técnica. Observamos que essa prática é sustentada mais pela necessidade de manter uma rotina mínima de registros do que por uma compreensão aprofundada sobre a gestão financeira como instrumento estratégico.

Embora o Livro Caixa cumpra a função elementar de registrar entradas e saídas, durante a investigação constatamos que ele se mostra insuficiente para oferecer uma visão ampla das finanças, dificultando o planejamento de médio e longo prazo. A ausência de mecanismos de cruzamento de dados e de geração de relatórios automáticos torna a tomada de decisões mais dependente da intuição do

gestor do que de análises consistentes. Isso ficou evidente nos relatos colhidos, em que o controle financeiro é feito de forma empírica, e os gestores demonstram dificuldades em identificar desequilíbrios no fluxo de caixa.

Vasconcelos (2015) corrobora esse achado ao afirmar que o predomínio de métodos tradicionais em microempresas está diretamente relacionado à carência de conhecimentos técnicos e à resistência à modernização. Na prática, notamos essa resistência expressa na desconfiança em relação a tecnologias, que são vistas como complexas ou desnecessárias para o porte da empresa. Contudo, o uso exclusivo de ferramentas manuais impede o gestor de antecipar tendências, elaborar projeções e, sobretudo, tomar decisões baseadas em dados, conforme também indicado por Oliveira (2018). Em nosso estudo de caso, essa limitação se refletiu, por exemplo, na falta de reservas financeiras planejadas para períodos de baixa receita, demonstrando um padrão reativo e não estratégico de gestão.

Ainda que a implementação de softwares de gestão financeira não seja uma realidade para todas as microempresas, os benefícios apontados por Freitas e Zuccolotto (2023) tornam-se evidentes quando se analisam os gargalos operacionais observados. A automatização de registros, a organização dos dados em tempo real e a possibilidade de integração com relatórios contábeis externos seriam, neste caso, diferenciais significativos para evitar falhas recorrentes, como a duplicidade de lançamentos ou a perda de informações.

Os dados levantados também reforçam o argumento de Menezes e Martins (2017) de que o uso contínuo do Livro Caixa está intimamente associado à ausência de formação específica dos responsáveis pela gestão financeira. Verificamos que, mesmo diante de dificuldades objetivas na administração do caixa, os gestores não conseguiam identificar ferramentas alternativas ou interpretar corretamente as informações registradas. Essa constatação reafirma que o desafio não está apenas na escolha da ferramenta, mas na formação e atualização dos indivíduos que a utilizam.

Ao mesmo tempo, reconhecemos que a adoção de soluções digitais, embora desejável, encontra barreiras concretas, especialmente de ordem econômica. A empresa analisada apresenta limitações orçamentárias que inviabilizam, ao menos no curto prazo, a contratação de sistemas pagos ou de consultorias especializadas. Essa realidade aproxima-se da análise de Ribeiro e Souza (2019), que apontam o

custo como um dos principais entraves à modernização de microempresas em regiões periféricas. Assim, a escolha pelo Livro Caixa, ainda que limitada, torna-se compreensível dentro do contexto estrutural identificado.

Por fim, concordamos com Pinheiro et al. (2021) ao reconhecer que, quando bem utilizado, o fluxo de caixa pode ir além do simples registro e se transformar em ferramenta estratégica. Contudo, para que isso ocorra, é imprescindível que haja investimento na capacitação dos gestores e um movimento institucional que valorize a informação financeira como base para a sustentabilidade do negócio. A pesquisa evidencia que, enquanto esses elementos não forem promovidos, o uso de instrumentos rudimentares como o Livro Caixa continuará a prevalecer, reforçando uma lógica de sobrevivência, e não de crescimento planejado.

4.3 QUESTÃO 4- FREQUÊNCIA DE REVISÃO DO FLUXO DE CAIXA DA EMPRESA

Durante a pesquisa, foi possível constatar que o fluxo de caixa da empresa é revisado diariamente, o que nos chamou a atenção pela constância e regularidade desse acompanhamento. Essa prática indica que, apesar das limitações que normalmente acometem microempresas, a organização demonstra um esforço concreto para manter o controle das finanças em dia. O comprometimento com essa rotina revela um entendimento, ainda que prático e não técnico, da importância de acompanhar de perto as entradas e saídas de recursos, o que contribui diretamente para a prevenção de desequilíbrios financeiros e para a tomada de decisões mais seguras.

Ao longo da investigação, observamos que essa revisão diária não se dá de forma tecnicamente estruturada, mas é realizada com base em registros manuais e na experiência empírica dos responsáveis pela gestão. Mesmo com limitações na análise mais aprofundada das informações, percebemos que a simples prática da revisão contínua já proporciona à empresa uma maior clareza sobre sua condição financeira e permite ajustes imediatos quando necessário. Diferente de muitas microempresas que adotam revisões semanais ou mensais, a rotina observada aqui se mostra como um diferencial positivo, embora ainda carente de apoio técnico e sistematização.

A literatura consultada sustenta que essa prática pode ser extremamente benéfica, como aponta Vasconcelos (2015), ao defender que revisões frequentes favorecem a identificação de problemas e oportunidades com maior agilidade. Entretanto, notamos no campo que a dedicação à prática, embora elogiável, não é acompanhada de conhecimentos específicos que tornariam a análise mais estratégica. Ou seja, a frequência é alta, mas a profundidade ainda é limitada, o que exige atenção no sentido de qualificar essa prática com o uso de ferramentas adequadas.

Constatamos também que os registros mantidos são relativamente organizados, mas não contemplam projeções de médio ou longo prazo. Essa ausência de previsibilidade dificulta o planejamento financeiro da empresa, pois impede a antecipação de cenários e a preparação para períodos de baixa receita. Menezes e Martins (2017) já haviam apontado que a revisão mensal ou semanal pode ser insuficiente em mercados instáveis, o que reforça o valor da prática diária observada — mesmo que ela precise ser aprimorada com apoio técnico.

Durante as entrevistas, os responsáveis demonstraram disposição para manter o controle, mas relataram cansaço diante da tarefa repetitiva e manual. Essa fala se alinha ao alerta feito por Pinheiro et al. (2021), de que a revisão manual pode consumir recursos consideráveis de tempo e energia, principalmente quando não há uma equipe ou sistema de apoio. Diante disso, ficou evidente que a empresa se beneficia da prática regular, mas poderia obter ganhos ainda maiores com o uso de ferramentas digitais, o que permitiria um acompanhamento mais dinâmico, menos desgastante e mais confiável.

Outro ponto observado foi que, apesar da rotina de revisão, existem dificuldades recorrentes, como a falta de conhecimento técnico para interpretação dos dados e a baixa capacidade de previsão de receitas e despesas futuras. Esse aspecto nos levou a refletir que a eficácia da prática está diretamente relacionada à qualidade da análise feita a partir dos dados coletados. Como bem destacam Ribeiro e Souza (2019), não basta revisar o fluxo de caixa todos os dias se as informações não forem bem interpretadas ou se os registros não forem confiáveis.

Por fim, identificamos que a empresa tem potencial para qualificar ainda mais essa prática. Conforme analisado por Freitas e Zuccolotto (2023), a introdução de tecnologias simples e acessíveis poderia automatizar os registros, gerar relatórios

em tempo real e liberar os gestores para ações mais estratégicas. Isso seria particularmente útil no caso estudado, em que há boa vontade para revisar o fluxo de caixa, mas limitações estruturais impedem uma análise mais eficaz. Acreditamos que, com a combinação de capacitação e tecnologias apropriadas, essa prática — já consolidada — poderá se tornar uma verdadeira ferramenta de gestão.

4.4 QUESTÃO 5- DIFICULDADES NO CONTROLE DO FLUXO DE CAIXA

Os resultados da pesquisa apontaram duas principais dificuldades enfrentadas pela empresa na gestão do fluxo de caixa: a falta de conhecimento técnico e a dificuldade em prever receitas e despesas. Essas limitações se mostraram recorrentes ao longo da investigação e refletem um cenário estrutural que não se restringe à empresa analisada, mas se estende a um número expressivo de microempresas brasileiras. Ao dialogar com os gestores, percebemos que muitas decisões financeiras são tomadas com base em experiências anteriores, tentativas empíricas ou mesmo por intuição, sem respaldo técnico ou planejamento estruturado. Esse quadro limita a eficiência das práticas de gestão e aumenta o risco de desequilíbrios financeiros.

De acordo com Vasconcelos (2015), a ausência de conhecimento técnico é um obstáculo significativo para o uso estratégico do fluxo de caixa, levando gestores a se apoiarem em métodos rudimentares como o Livro Caixa. No caso da empresa estudada, essa dependência foi evidente. Embora o Livro Caixa fosse utilizado de forma regular, ele não supria a necessidade de análises mais aprofundadas ou projeções que demandam raciocínio financeiro estruturado. Essa constatação reforça o entendimento de que o problema não está apenas na ferramenta utilizada, mas no modo como ela é empregada e compreendida.

Durante a pesquisa, também ficou claro que a previsão de receitas e despesas representa um desafio cotidiano. A empresa relatou dificuldades em estimar os valores futuros, o que impacta negativamente no controle do caixa e na capacidade de tomar decisões com antecedência. Essa limitação, como afirmam Menezes e Martins (2017), requer não apenas ferramentas apropriadas, mas também habilidades analíticas que, em geral, não são desenvolvidas por microempreendedores. Isso leva à elaboração de estimativas frágeis e a possíveis

decisões equivocadas, gerando déficits de caixa, atrasos em pagamentos e má alocação de recursos.

Essa fragilidade foi intensificada pela inconsistência nos registros financeiros, outro ponto observado no estudo. Embora houvesse esforço em registrar movimentações, os dados eram incompletos, dispersos ou pouco confiáveis para gerar relatórios precisos. Como destaca Oliveira (2018), a ausência de dados históricos organizados compromete a identificação de padrões, enfraquecendo a capacidade de planejamento a curto e longo prazos.

Apesar desses desafios, é importante destacar que existem alternativas acessíveis para contornar essas limitações, mas que infelizmente ainda não são buscadas pelos gestores. O Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), por exemplo, oferece uma ampla gama de recursos gratuitos ou de baixo custo voltados à profissionalização da gestão financeira — desde capacitações sobre fluxo de caixa até ferramentas digitais simplificadas para previsão de receitas e controle de despesas. Contudo, observamos que os gestores da empresa estudada desconheciam completamente tais serviços. Essa falta de acesso à informação revela um distanciamento preocupante entre os instrumentos institucionais disponíveis e os públicos que mais necessitam deles.

A ausência de busca por apoio externo é, portanto, um aspecto crítico que merece destaque. Durante a pesquisa, notamos que a empresa se mantém isolada em suas práticas, recorrendo a soluções próprias e informais mesmo diante das dificuldades. Essa postura está diretamente associada à falta de informação e à crença de que capacitações como as oferecidas pelo SEBRAE seriam complexas ou voltadas a empresas maiores, o que não corresponde à realidade. Tal percepção evidencia uma lacuna que não é apenas de ordem técnica, mas também cultural, reforçando a urgência de ações que aproximem os serviços de apoio da base empresarial que mais necessita deles.

Ainda assim, os dados reforçam que, com a devida orientação, essa realidade pode ser transformada. Pinheiro et al. (2021) defendem que a introdução de tecnologias acessíveis e bem orientadas contribui significativamente para a precisão das análises financeiras. Ao mesmo tempo, Freitas e Zuccolotto (2023) reforçam que capacitações direcionadas aumentam a autonomia dos gestores e qualificam a tomada de decisões, elevando o nível de maturidade administrativa das

microempresas. No entanto, como também concluímos ao longo desta investigação, o conhecimento só se converte em prática quando há acesso, estímulo e compreensão de sua aplicabilidade.

Ribeiro e Souza (2019) alertam que a persistência de práticas informais, como o uso exclusivo do Livro Caixa, é sintoma direto da falta de formação continuada. Esse diagnóstico dialoga diretamente com o que identificamos em campo: a empresa apresenta esforço e boa vontade para gerir suas finanças, mas encontra-se limitada por barreiras formativas que poderiam ser superadas com o apoio de instituições especializadas.

Assim, reafirma-se que as dificuldades encontradas na empresa não são casos isolados, mas ilustram um quadro mais amplo de microempresas brasileiras que operam em condições vulneráveis. A ausência de conhecimento técnico e a dificuldade em prever receitas e despesas comprometem o uso eficaz do fluxo de caixa como ferramenta de gestão. No entanto, os recursos existem e estão disponíveis. Cabe, portanto, ampliar os canais de difusão, sensibilizar os gestores sobre a importância da capacitação e criar estratégias que estimulem a conexão entre as microempresas e as instituições de apoio, como o SEBRAE, promovendo uma cultura de gestão mais estruturada e sustentável.

4.5 QUESTÃO 6- USO DO FLUXO DE CAIXA NAS DECISÕES ESTRATÉGICAS

O uso do fluxo de caixa como suporte para a tomada de decisões estratégicas foi identificado como uma prática regular na microempresa. Essa abordagem evidencia que, apesar das limitações observadas em outros aspectos, o fluxo de caixa é reconhecido como uma ferramenta essencial para o planejamento e a gestão financeira da empresa. A literatura corrobora essa visão, enfatizando o papel estratégico dessa ferramenta para a sobrevivência e o crescimento das organizações.

Freitas e Zuccolotto (2023) destacam que a análise do fluxo de caixa permite identificar tendências financeiras, prever demandas de capital e avaliar oportunidades de investimento. A prática observada na microempresa está aprovada a essas metas, apesar de a gestão verificar a importância de dados financeiros independentes para a formulação de estratégias que possam garantir a sustentabilidade do negócio.

Nessa premissa, Menezes e Martins (2017) acrescentam que a utilização do fluxo de caixa na estratégia empresarial permite aos gestores se adaptar às mudanças no ambiente econômico, responder rapidamente a imprevistos e priorizar investimentos que tragam retorno financeiro. Eles afirmam que essa prática contribui para uma gestão mais assertiva e para a mitigação de riscos, especialmente em cenários de alta competitividade.

Além disso, Oliveira (2018) aponta que o uso regular do fluxo de caixa nas decisões estratégicas é uma prática que demonstra maturidade gerencial, mesmo em microempresas. Contudo, ele também alerta que a efetividade dessa prática depende da qualidade das informações geradas e da capacidade do gestor de interpretação desses dados de forma estratégica. No caso da microempresa pesquisada, essa prática regular reflete um esforço positivo para integrar as finanças à estratégia empresarial, mesmo diante das dificuldades técnicas relatadas.

Pinheiro et al. (2021) enfatizam que a integração do fluxo de caixa com decisões estratégicas ajuda a identificar os impactos de ações financeiras em áreas como marketing, produção e expansão de mercado. Essa perspectiva destaca que, embora o fluxo de caixa seja frequentemente subutilizado em microempresas, sua aplicação estratégica pode ser estratégica para a competitividade e a prosperidade dessas organizações.

Por outro lado, Ribeiro e Souza (2019) sugerem que, em muitas microempresas, o uso estratégico do fluxo de caixa ainda é limitado devido à falta de ferramentas tecnológicas que facilitam a análise integrada dos dados. Essa limitação também foi apontada na pesquisa, onde o participante sugeriu a adoção de ferramentas tecnológicas como uma melhoria para o controle financeiro da empresa, o que poderia potencializar ainda mais o impacto estratégico do fluxo de caixa.

4.6 QUESTÃO 7- PREVISÕES DE ENTRADA E SAÍDA COM BASE NO FLUXO DE CAIXA

Observou-se divergências realizadas nas entradas e saídas nos recursos de forma regular, utilizando o fluxo de caixa como base para essas estimativas. Essa prática reflete um uso estruturado e contínuo dessa ferramenta, que desempenha um papel essencial no planejamento financeiro e na mitigação de riscos

operacionais. A literatura reforça a importância dessa abordagem, destacando-a como um fator crítico para a estabilidade e o crescimento das empresas.

Segundo Vasconcelos (2015), a previsão regular de fluxos financeiros permite aos gestores antecipar cenários de déficit ou superávit, facilitando o planejamento estratégico e operacional. A capacidade de prever entradas e saídas de caixa é especialmente importante em microempresas, onde os recursos disponíveis são frequentemente limitados e a má administração pode comprometer a sobrevivência do negócio.

Freitas e Zuccolotto (2023) ressaltam que a previsão financeira baseada no fluxo de caixa contribui para o alinhamento das atividades operacionais com os objetivos estratégicos. Eles destacam que as melhorias regulares aumentam a eficiência na alocação de recursos, promovendo a estabilidade financeira e permitindo ajustes rápidos em resposta às mudanças no ambiente econômico.

Contudo, Menezes e Martins (2017) destacam que, embora a previsão regular de entradas e saídas seja essencial, sua efetividade depende da qualidade dos dados e da análise realizada pelo gestor. Os autores argumentaram que os gestores sem formação técnica frequentemente cometem erros na interpretação das informações, o que pode reduzir o impacto positivo das decisões. Nesse sentido, a prática relacionada pela empresa pesquisada demonstra um progresso significativo, mas também aponta para a necessidade de maior capacitação técnica.

Pinheiro et al. (2021) afirmam que o uso de softwares financeiros pode transformar o processo de previsão de fluxo de caixa, tornando-o mais preciso e eficiente. Eles ressaltam que, embora as reflexões regulares sejam fundamentais, a adoção de ferramentas digitais facilita a análise de tendências e promove decisões mais informadas. Essa perspectiva é corroborada pela sugestão do participante em adotar uma ferramenta tecnológica para melhorar o controle financeiro, o que poderia ampliar a eficácia das soluções já realizadas.

Assim, Ribeiro e Souza (2019) argumentam que, em contextos onde a interferência de fluxo de caixa é regular, os gestores conseguem identificar padrões e antecipar necessidades de financiamento ou ajustes no planejamento financeiro. Essa prática promove maior estabilidade financeira e facilita a tomada de decisões em situações de incerteza.

4.7 QUESTÃO 8- BENEFÍCIOS DO FLUXO DE CAIXA

Os resultados da pesquisa destacaram dois principais benefícios observados pelo uso do fluxo de caixa na gestão financeira da empresa: maior controle sobre as finanças e melhoria na tomada de decisões. Esses aspectos indicam que o fluxo de caixa desempenha um papel crucial na gestão da microempresa, alinhando-se às evidências da literatura que ressaltam sua importância como uma ferramenta estratégica para o sucesso empresarial.

De acordo com Vasconcelos (2015), o controle financeiro é um dos principais ganhos proporcionados pelo uso do fluxo de caixa, uma vez que permite aos gestores acompanhar e analisar as movimentações financeiras em tempo real. Essa prática facilita a identificação de problemas, como déficits de caixa, e promove uma visão mais clara das operações financeiras, garantindo a sustentabilidade do negócio. No caso da microempresa pesquisada, o benefício de maior controle sobre as finanças reflete a implementação eficaz dessa ferramenta no nível operacional.

Freitas e Zuccolotto (2023) afirmam que a melhoria na tomada de decisões é um dos efeitos mais notáveis do uso regular do fluxo de caixa. Segundo os autores, ao fornecer informações planejadas sobre entradas e saídas financeiras, o fluxo de caixa permite que os gestores fundamentem suas decisões em dados objetivos, reduzindo incertezas e aumentando a eficiência gerencial. Essa prática está alinhada aos resultados da pesquisa, que apontam o fluxo de caixa como um suporte essencial para decisões estratégicas e operacionais.

Pinheiro et al. (2021) destacam que a capacidade do fluxo de caixa de melhorar a tomada de decisões está diretamente ligada à qualidade das informações registradas e à habilidade do gestor em analisá-las. Apesar das limitações técnicas relacionadas pela empresa pesquisada, o benefício percebido sugere que o gestor consiga extrair valor estratégico do fluxo de caixa, utilizando-o para orientar decisões importantes.

Oliveira (2018) observa que o fluxo de caixa não apenas facilita o controle financeiro, mas também promove uma visão integrada da saúde financeira da empresa. Essa visão integrada permite um planejamento mais eficaz, reduzindo riscos e otimizando oportunidades. Os benefícios relatados na pesquisa demonstram que uma microempresa já utiliza o fluxo de caixa de forma para fortalecer sua gestão

financeira, embora haja potencial para ampliar esses ganhos com o uso de tecnologias mais avançadas.

Para tanto, Ribeiro e Souza (2019) reforçam que a combinação de controle financeiro e suporte à tomada de decisões é fundamental para a sustentabilidade das microempresas. Eles sugerem que, além de melhorar a eficiência operacional, eles criam uma base sólida para o crescimento, permitindo que a empresa lidere desafios financeiros e explore novas oportunidades de mercado.

4.8 QUESTÃO 9- PRÁTICA SUGERIDA PARA APRIMORAMENTO

O participante da pesquisa aceitou a adoção sugerida de uma ferramenta tecnológica como uma prática para melhorar o controle financeiro da empresa. Essa recomendação reflete uma conscientização sobre as limitações do método atual utilizado, o Livro Caixa, e a busca por soluções que possam promover maior eficiência e precisão na gestão financeira. A literatura corrobora essa sugestão, destacando os benefícios significativos que a tecnologia pode trazer para o controle financeiro e a tomada de decisões em microempresas.

Segundo Freitas e Zuccolotto (2023), a introdução de ferramentas tecnológicas no controle financeiro é um passo essencial para empresas que buscam otimizar seus processos. Os autores afirmam que os softwares de gestão financeira permitem maior lucro na coleta, organização e análise dos dados, proporcionando decisões mais fundamentadas e rápidas. Além disso, essas ferramentas são controladas pelo risco de erros manuais, comuns em métodos como o Livro Caixa.

Pinheiro et al. (2021) enfatizam que a tecnologia também oferece a vantagem de integração de dados financeiros a outros setores da empresa, como estoque e vendas, permitindo uma visão holística das operações. Essa integração facilita a identificação de padrões e tendências, o que é crucial para o planejamento estratégico e o crescimento sustentável. No caso da microempresa planejada, a adoção de uma ferramenta tecnológica poderia resolver os problemas identificados, como a dificuldade em prever receitas e despesas, ao fornecer relatórios automatizados e precisos.

Enquanto isso, Oliveira (2018) destaca que a resistência à adoção de tecnologias financeiras em microempresas geralmente está relacionada ao custo inicial de implementação e à falta de capacitação técnica dos gestores. Contudo, o autor argumenta que os benefícios a longo prazo, como a economia de tempo e a melhoria da eficiência operacional, superam significativamente os custos, tornando a transição para ferramentas tecnológicas uma decisão estratégica.

Ademais, Vasconcelos (2015) reforça que a digitalização das práticas financeiras é uma necessidade crescente, especialmente em um cenário de alta competitividade. Ele aponta que microempresas que adotam tecnologias modernas melhoram sua competitividade no mercado, aumentando a qualidade de sua gestão financeira e minimizando riscos.

Menezes e Martins (2017) sugerem que a capacitação dos gestores deve acompanhar a implementação de novas tecnologias. Eles ressaltam que, sem o treinamento adequado, as ferramentas podem ser subutilizadas, limitando seus benefícios. Portanto, para que a adoção de uma ferramenta tecnológica seja bem-sucedida, é fundamental investir também no desenvolvimento de competências técnicas do gestor.

Abaixo se apresenta uma sugestão de estrutura para a Demonstração de Fluxo de Caixa (DFC) da microempresa Andreza Modas, adaptada às práticas e necessidades identificadas durante a pesquisa. Esta proposta busca organizar e monitorar as entradas e saídas de recursos financeiros de maneira mais sistematizada, promovendo maior eficiência no controle financeiro e no planejamento estratégico da empresa.

A estrutura proposta para a Demonstração de Fluxo de Caixa da microempresa Andreza Modas foi elaborada com base nas fragilidades observadas durante a pesquisa, sobretudo no que diz respeito à ausência de sistematização dos registros financeiros e à dificuldade na visualização dos saldos mensais. A planilha sugerida oferece uma visão clara das receitas e despesas distribuídas por mês, facilitando a identificação de padrões de movimentação financeira e permitindo ao gestor tomar decisões mais informadas. Ao organizar as categorias de entrada, como vendas à vista e a prazo, e de saída, como pagamento de fornecedores, salários, tributos e despesas operacionais, a ferramenta contribui para um

acompanhamento mais objetivo da saúde financeira do negócio, tal como mostra a seguir.

Quadro 3-Sugestão de DFC para ME

ITENS	MESES						TOTAL
	JAN.	FEV.	MAR.	ABR.	MAIO	JUN	
Vendas à vista							
Vendas a prazo							
Subtotal							
Fornecedores à vista							
Salários							
INSS							
FGTS							
Energia							
Telefone							
Honorário Contador							
Simples Nacional							
Pró-labore							
Subtotal							
Diferença do Período							
Saldo inicial de caixa							
Disponibilidades Acumuladas							
Saldo Final de caixa							

Fonte: Planilha elaborada pelas autoras, adaptada de Oliveira (2010)

O Quadro 3 apresenta uma sugestão de Demonstração do Fluxo de Caixa (DFC) voltada para microempresas, estruturada de forma mensal e semestral, com categorias que organizam as entradas e saídas financeiras, permitindo ao gestor calcular a diferença do período e visualizar o saldo final de caixa. Durante a pesquisa, observou-se que a empresa investigada não utilizava um modelo semelhante, recorrendo apenas a registros manuais e dispersos, o que comprometia a clareza no controle financeiro. A adoção de uma planilha como esta, mesmo que simples, poderia representar um avanço importante na organização das finanças, pois favorece o planejamento e proporciona maior previsibilidade das receitas e despesas.

5 CONCLUSÃO

O presente estudo teve como objetivo geral analisar o uso do fluxo de caixa na microempresa Andreza Modas, buscando compreender suas práticas financeiras e identificar possibilidades de melhoria na gestão dos recursos. Para atingir esse objetivo, foram traçados três objetivos específicos que orientaram a investigação: identificar as práticas atuais de controle financeiro da empresa, avaliar o impacto do fluxo de caixa na tomada de decisões financeiras e propor melhorias para melhorar o controle de entradas e saídas. Os resultados alcançados permitiram não apenas responder ao problema da pesquisa, mas também contribuir para o fortalecimento das práticas gerenciais da empresa.

No que diz respeito ao primeiro objetivo específico, a análise acordada que a empresa utiliza o Livro Caixa como principal método de controle financeiro. Essa ferramenta, apesar de funcional para registros básicos, apresenta limitações específicas em termos de eficiência e abrangência. A prática de revisão diária do fluxo de caixa foi destacada como um ponto forte, garantindo controle contínuo das finanças. No entanto, as dificuldades em consolidar informações financeiras e prever receitas e despesas evidenciam que o método manual utilizado não atende plenamente às necessidades estratégicas da empresa. Assim, constatou-se que, embora o fluxo de caixa seja utilizado regularmente, sua implementação ainda carece de modernização para alcançar maior eficiência e precisão.

Quanto ao segundo objetivo específico, relacionado ao impacto do fluxo de caixa na tomada de decisões financeiras, os resultados obtidos que essa ferramenta desempenha um papel essencial no suporte à gestão. A empresa utiliza o fluxo de caixa para pagamentos planejados, prevendo períodos de maior demanda de recursos e orientando decisões estratégicas. Por exemplo, o controle diário de entradas e saídas contribuiu para a manutenção de um saldo operacional positivo, evitando déficits em períodos críticos. Contudo, a dependência de métodos manuais limita a profundidade das análises, restringindo a capacidade de tomar decisões baseadas em dados mais robustos e integrados. Isso reforça a necessidade de adotar ferramentas tecnológicas que automatizem os processos e aprimorem a qualidade das informações disponíveis para a gestão.

Em relação ao terceiro objetivo específico, a pesquisa propôs melhorias para melhorar o controle financeiro da empresa. Entre as sugestões, destaca-se a adoção de softwares de gestão financeira, que podem substituir o Livro Caixa e proporcionar maior precisão e agilidade no controle das finanças. A implementação de uma ferramenta tecnológica permitiria integrar informações financeiras, automatizar processos e gerar relatórios detalhados, promovendo uma gestão mais estratégica e eficiente. Além disso, a capacitação técnica do gestor financeiro foi indicada como uma medida fundamental para garantir o uso pleno dessas tecnologias e ampliar a compreensão sobre o potencial estratégico do fluxo de caixa.

Entre as limitações do estudo, destaca-se o fato de uma pesquisa ter sido realizada com base em uma única microempresa, o que restringe a generalização dos resultados. Além disso, a dependência de um único respondente pode ter limitado a diversidade de perspectivas sobre a gestão financeira, deixando lacunas que poderiam enriquecer a análise.

Como contribuição para futuras pesquisas, recomenda-se ampliar o escopo do estudo para incluir um número maior de empresas, permitindo uma comparação mais ampla de práticas e desafios na gestão do fluxo de caixa. Além disso, a investigação de como diferentes ferramentas tecnológicas pode ser inovadora em microempresas, com análises de custo-benefício, pode oferecer insights importantes para melhorar a eficiência e a sustentabilidade dessas organizações.

REFERÊNCIAS

BRASIL, C. N. S. Resolução nº 466, de 12 de dezembro de 2012. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, 2012.

CARDANO, M. **Manual de pesquisa qualitativa. Uma contribuição da teoria da argumentação**, Petrópolis-RJ, Ed. Vozes, v.1, 2017.

CARVALHO, Patricia Ribeiro de. A demonstração do fluxo de caixa contábil aplicada em uma empresa de turismo. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**, São Paulo, v. 10, n. 04, abr. 2024.

FREITAS, Danielli Ferreira Souza Pereira; ZUCCOLOTTO, Rita de Cassia. Demonstração de fluxo de caixa como ferramenta de gestão. São Paulo, 2023. Disponível em: <https://multivix.edu.br/wp-content/uploads/2023/11/revista-cosmos-academico-v08-n01-artigo02.pdf>. Acesso em: 5 dez. 2024.

LOBATO, Mateus Pereira; PARAVIDINE, Raimundo J. **Contabilidade no Brasil: Ontem e hoje**. Brasília: Centro Universitário ICESP, 2023.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. Técnicas de pesquisa. **Técnicas de pesquisa**, v.6, 2002.

MATTES, Candida de Souza; DALONGARO, Roberto Carlos; WESZ, Luís Fernando Peixoto. A história da contabilidade e seus aspectos contemporâneos: uma contribuição teórica ao profissional da atualidade. **Revista RICADI**, v. 4, p. 1-15, jan./jul. 2018.

MENEZES, Jociel de Jesus; MARTINS, Simone. **A importância da demonstração dos fluxos de caixa para as microempresas**: um estudo de caso em um escritório de contabilidade do município de Volta Redonda. 2017. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Contábeis) – Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Fluminense, Volta Redonda, RJ, 2017.

OLIVEIRA, Renato Costa de. Estudo de caso: fluxo de caixa, uma ferramenta de gestão financeira para a pequena empresa. **Revista Humanidades e Inovação**, v. 5, n. 11, 2018.

OLIVEIRA, Marco Yuri Hirochima de. **Fluxo de caixa: um instrumento de avaliação de investimentos, a ferramenta essencial para o gerenciamento financeiro e empresarial**. 2010. Monografia (Bacharelado em Ciências Contábeis) – UniCEUB, Centro Universitário de Brasília, Brasília, 2010.

PINHEIRO, Cristiano de Souza. Et al. Planejamento financeiro de fluxo de caixa como ferramenta de gestão para microempresas. **Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento**. Ano. 06, Ed. 11, Vol. 03, pp. 117-137. Novembro 2021.

PINHEIRO, Mário Jorge Santos; SANTOS, Marisa da Costa; LEÃO, Maria Eduarda Alcântara. Fluxo de caixa como ferramenta de gestão financeira em uma

microempresa (ME): estudo de caso. In: **XXII Colóquio Organizações, Desenvolvimento e Sustentabilidade**, 2021. Anais [...]. Escola Superior Madre Celeste-ESMAC, 2021

POLICARPO, Janete Fernandes; FERREIRA, Tarciana Borges. Fluxo de caixa: ferramenta estratégica na gestão de uma microempresa. **Revista Vox Metropolitana**, n. 03, ago. 2020.

PORTARI, Natalia de Souza; AMERICO, Renata da Silva Moraes; VENANCIO, Gabriel Pereira; RIBEIRO, Rogerio de Jesus; BORELI, Daniela. A evolução histórica da contabilidade no Brasil. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**, São Paulo, v. 9, n. 11, nov. 2023.

QUINTANA, Alexandre Costa. **Fluxo de Caixa: demonstrações contábeis de acordo com a lei 11.638/07**. Curitiba: Juruá Editora, 2009.

RIBEIRO, Marinalda Lourdes; SOUZA, Abel Corrêa de. O fluxo de caixa como instrumento de gestão financeira: um estudo de caso em uma microempresa de customização têxtil. In: **Congresso Sul Catarinense de Administração e Comércio Exterior**, III, 2019. Anais [...]. 2019.

SANT'ANA, Samuel Gonçalves. **A contabilidade no Brasil: o seu início aos dias atuais**. Artigo Acadêmico (Bacharelado em Ciências Contábeis) – Universidade Federal de Uberlândia, Faculdade de Ciências Contábeis, Uberlândia, 2019.

SILVA, Daiane Vieira da. **Fluxo de caixa como ferramenta da gestão financeira para microempresa**. 2015. 34 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Administração) – Fundação Educacional do Município de Assis – FEMA, Assis, 2015.

SILVA, Bruna Gabriela Godinho da; MERICIAL, DriellySarggin. **A evolução da contabilidade nos processos históricos do Brasil e do mundo**. Módulo II. Londrina: Instituto de Ensino Superior de Londrina, 2019.

SILVA NETO, Wanderley José. **Demonstração do fluxo de caixa como ferramenta para micro e pequenas empresas**. Aparecida de Goiânia, 20 f, 2019. Artigo (Trabalho de Conclusão de Curso em Ciências Contábeis) – Faculdade Nossa Senhora Aparecida, 2019.

VASCONCELOS, Diego. Implementação da demonstração do fluxo de caixa em uma pequena empresa prestadora de serviço de diversão infantil. **Revista de Iniciação Científica - UNIFEG**, Guaxupé, n. 15, 2015.

APÊNDICE A- QUESTIONÁRIO DE PESQUISA

1. Qual a sua função na gestão da empresa Andreza Modas?

- ☐ Proprietário(a)
- ☒ Gerente
- ☐ Contador(a)
- ☐ Outro: _____

2. Como você classifica seu entendimento do fluxo de caixa?

- ☐ Excelente
- ☒ Bom
- ☐ Regular
- ☐ Ruim

3. Quais métodos você utiliza para controlar o fluxo de caixa?

- ☐ Planilhas manuais
- ☐ Software de gestão financeira
- ☐ Consultoria externa
- ☒ Livro caixa
- ☐ Outro: _____

4. Com que frequência você revisa o fluxo de caixa da sua empresa?

- ☒ Diariamente
- ☐ Semanalmente
- ☐ Mensalmente
- ☐ Raramente

5. Quais são as principais dificuldades encontradas no controle do fluxo de caixa?
(Escolha até 2 opções)

- ☐ Falta de tempo para atualizar
- ☒ Falta de conhecimento técnico
- ☐ Falta de ferramentas adequadas
- ☐ Dificuldade em prever receitas e despesas
- ☐ Outro: _____

6. O fluxo de caixa é utilizado na tomada de decisões estratégicas?

- ☒ Sim, regularmente
- ☐ Sim, mas com pouca frequência
- ☐ Não

7. A empresa realiza previsões de entrada e saída de recursos com base no fluxo de caixa?

- ☒ Sim, regularmente
- ☐ Sim, mas de forma esporádica
- ☐ Não

8. Quais são os principais benefícios observados com o uso do fluxo de caixa na gestão financeira? (Escolha até 2 opções)

- ☒ Maior controle sobre as finanças
- ☐ Previsibilidade de receitas e despesas
- ☐ Melhoria na tomada de decisões
- ☐ Melhoria no planejamento estratégico
- ☐ Outro: _____

9. Há alguma prática que poderia ser aprimorada para melhorar o controle financeiro da empresa?

☒ (x) Sim. Qual? Adotar uma ferramenta tecnológica.

☐ () Não

10. Você de acordo com o fornecimento de dados da sua pesquisa?

☒ (x) Sim

☐ () Não